

MRS Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
MRS Logística S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais

significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da Receita – Contrato de Take or Pay	
Veja a Notas 4.17, 9, 10 e 33 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita líquida de serviços a MRS é mensurada principalmente com base em uma estrutura tarifária de contratos de longo prazo que contêm componentes variáveis calculados sobre as principais itens que compõem o custo e condições de cumprimento de volume anual de carga transportada com seus principais clientes (cláusulas denominadas de “take or pay”).</p> <p>Em função da relevância da receita para as demonstrações financeiras como um todo e da complexidade nas mensurações variáveis, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento de receita.</p> <p>Confrontamos as informações extra contábeis relacionadas as receitas e ao cálculo das receitas variáveis e multas contratuais com o registro contábil e efetuamos recálculo dos valores variáveis e das multas registradas contabilmente, comparando com as condições contratuais estabelecidas. Adicionalmente, obtivemos evidência das comunicações da Companhia junto aos seus clientes, sobre os valores contabilizados referente as receitas variáveis.</p> <p>Comparamos os saldos relevantes reconhecidos na receita de serviços referentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2021 com o faturamento subsequente e obtivemos confirmação externa dos principais clientes, evidenciando a concordância e o aceite dos valores reconhecidos naquela data.</p> <p>Efetuamos procedimentos de liquidação financeira subsequentes ao contas a receber em 31 de dezembro de 2021, para verificar a integridade da receita e valorização das estimativas contabilizadas no período de competência.</p> <p>Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos o reconhecimento da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2021.</p>

Veja as Notas 4.8 e 16 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O negócio da Companhia requer investimentos significativos em projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada.</p> <p>Devido ao julgamento exercido pela Companhia para avaliar se: (i) é provável que um projeto de expansão/otimização da capacidade de carga transportada trará benefícios econômicos futuro para a Companhia, e (ii) o momento em que o projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada está disponível para uso (classificação de imobilizado em andamento para contas definitivas de imobilizado), consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento e classificação dos projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada.</p> <p>Com base em uma amostra das adições ocorridas durante o exercício, avaliamos as análises de sustentação da Companhia de que (i) os projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia, e (ii) o momento em que os projetos de expansão/otimização da capacidade de carga transportada estão em condição de funcionamento na forma pretendida pela Companhia para a classificação adequada nas classes do ativo imobilizado e início da depreciação (disponibilidade para uso).</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo de imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-2 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7



Destaques de 2021

Destaques Financeiros e Operacionais	2017	2018	2019	2020	2021	2021 x 2020
Volume Transportado (TU milhares)	170.967	174.563	146.866	159.817	169.968	6,4%
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	3.870,3	4.083,6	3.483,7	3.890,2	4.788,9	23,1%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	3.492,8	3.726,4	3.200,8	3.605,0	4.427,4	22,8%
EBITDA (R\$ milhões)	1.429,0	1.543,2	1.963,9	2.012,9	2.465,9	22,5%
Margem EBITDA (%)	40,9%	41,4%	61,4%	55,8%	55,7%	-0,1pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	434,5	521,6	503,4	430,3	699,6	62,6%
Dívida Bruta (R\$ milhões)	2.695,9	2.474,9	3.006,9	2.873,5	4.304,4	49,8%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.209,2	2.128,9	2.336,6	1.667,0	2.467,8	48,0%
Dívida Líquida/EBITDA	1,50x	1,38x	1,19x	0,83x	1,00x	0,17x

A MRS finaliza o ano de 2021 com um marco importante para o sistema logístico nacional que foi a conclusão, no tempo recorde de sete meses, da construção do Complexo Intermodal de Pederneiras (SP), terminal ferroviário dedicado ao transporte de celulose. O espaço, em operação desde setembro, representa mais uma iniciativa da Companhia, que consolida sua presença no transporte de Carga Geral.

No ano de 2021, o cenário macroeconômico se iniciou com perspectiva positiva, embora apresentasse incertezas, principalmente, relacionadas à pandemia da Covid-19. O Minério de Ferro, principal segmento de atuação da MRS, que até os primeiros nove meses de 2021 apresentou forte demanda e aumento no preço da *commodity*, finalizou o ano com retração do mercado e redução de preço.

Diante desses desafios, a MRS encerrou o ano de 2021 com crescimento em seus resultados. Foram 170,0 milhões de toneladas (Mt) transportadas, registrando aumento de 6,4% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se, principalmente, ao crescimento do transporte de minério para o mercado externo, com a consolidação do novo modelo de circulação no terminal do Andaime por meio do Trem Não Tripulado (TNT) e a recuperação de volumes do mercado interno. Destaque para o recorde do transporte do segmento de Carga Geral que atingiu a marca de 62,8 Mt.

A Receita Líquida da Companhia, em 2021, foi de R\$ 4.427,4 milhões, incremento de R\$ 822,4 milhões (+22,8%) em relação ao ano de 2020. O transporte Minério de Ferro, segmento que mais contribui na receita da MRS, atingiu a marca de 107,2 Mt, crescimento de 9,2% quando comparado ao ano anterior. O EBITDA da Companhia apresentou resultado de R\$ 2.465,9 milhões, 22,5% de aumento em comparação ao ano de 2020.

Reiterando a disciplina na gestão de caixa e elevação da geração de EBITDA, o indicador Dívida Líquida/EBITDA, apresentado pela MRS, atingiu no ano de 2021 o patamar de 1,00x. No período, a Companhia realizou captações de recursos no montante de R\$ 1,5 bilhão, por meio da 10^a emissão de debêntures e de R\$ 500 milhões, com emissão de Notas Promissórias.



Desempenho Comercial e Operacional

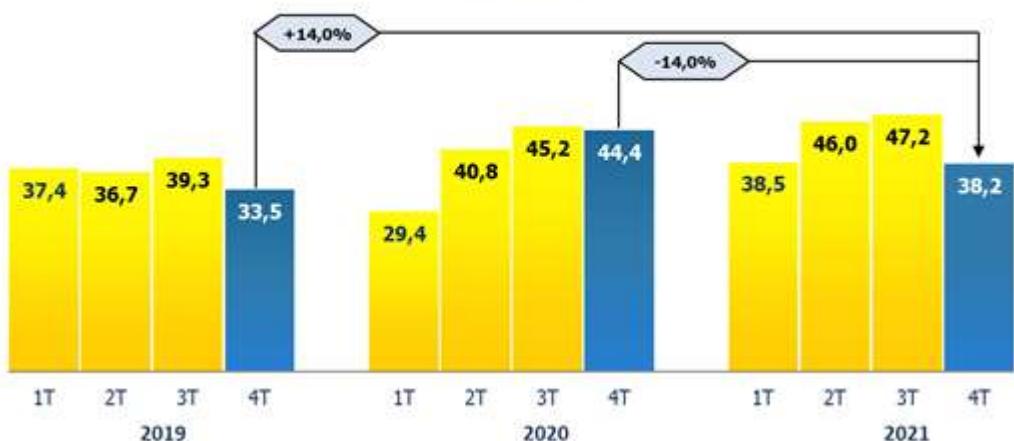
A MRS Logística atua, principalmente, no transporte de insumos e produtos relacionados à indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão e coque, tanto para atendimento ao mercado interno quanto para exportação, e no transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, contêineres, entre outros, em uma malha ferroviária com mais de 1.640 km, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Mineração	22.818	28.630	-20,3%	30.846	-26,0%	107.176	98.167	9,2%
Minério de Ferro	22.168	28.103	-21,1%	30.158	-26,5%	104.478	95.674	9,2%
Exportação	18.575	25.266	-26,5%	26.348	-29,5%	89.607	84.129	6,5%
Mercado Interno	3.593	2.837	26,7%	3.811	-5,7%	14.871	11.545	28,8%
Carvão e Coque	650	528	23,2%	688	-5,5%	2.698	2.493	8,2%
Carga Geral	15.372	15.765	-2,5%	16.387	-6,2%	62.792	61.651	1,9%
Produtos Agrícolas	9.162	10.186	-10,1%	10.077	-9,1%	39.632	40.960	-3,2%
Produtos Siderúrgicos	1.855	1.680	10,5%	2.026	-8,4%	7.504	6.097	23,1%
Celulose	1.201	784	53,2%	970	23,8%	3.885	3.077	26,3%
Contêineres	527	620	-14,9%	583	-9,5%	2.259	2.226	1,5%
Construção Civil	538	488	10,4%	502	7,3%	2.015	2.025	-0,5%
Outros	2.087	2.008	4,0%	2.230	-6,4%	7.495	7.266	3,2%
Total	38.190	44.395	-14,0%	47.254	-19,1%	169.968	159.817	6,4%

Em 2021, o volume total transportado pela Companhia foi de 170,0 Mt, apresentando um aumento de 6,4% em relação ao ano de 2020. Ao analisarmos o 4T21 vs 4T20, o volume foi 14,0% inferior, impactado, principalmente, pela queda do transporte de minério, que será melhor detalhada posteriormente.

Resultados Trimestrais - Volume Transportado

em milhões de TU

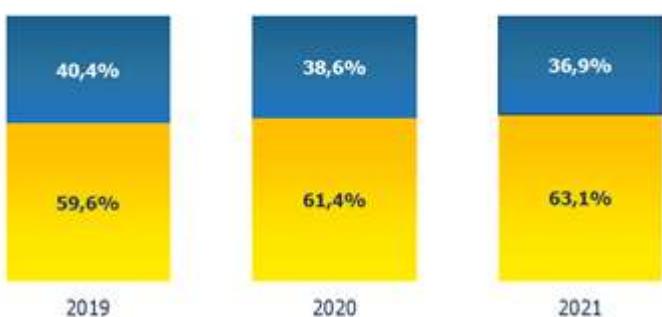


A MRS apresentou, por mais um ano, recorde anual no volume de transporte em Carga Geral, atingindo 62,8Mt, um crescimento de 1,9% quando comparado ao último recorde, registrado em 2020. Os números alcançados por esse grupo no 4T20 também foram significativos, perfazendo o 2º melhor resultado em relação ao quarto trimestre dos demais anos anteriores, um total de 15,4Mt transportadas.

Com relação ao Mix Transportado, apesar das repercussões e impactos causados pela Covid-19 sem precedentes na história recente e outros sofridos devido à crise hídrica, o grupo Carga Geral continua com uma boa representatividade, respondendo por 36,9% do resultado de 2021. A participação do grupo Mineração cresceu frente ao ano anterior, justificada, principalmente, pela continuidade da alta demanda por minério de ferro no mercado externo, pela maior disponibilidade de minério para compras no mercado interno e ao contínuo aumento do preço da *commodity* no mercado internacional.

Mix Transportado

■ Mineração ■ Carga Geral



Mineração

O transporte de minério de ferro, carvão e coque apresentou crescimento de 9,2%, no ano de 2021 em comparação ao ano de 2020 em função da recuperação parcial da demanda de transporte de um grande Cliente, com o amadurecimento das soluções para transporte de material proveniente de minas impactadas pelas interdições decorrentes do acidente de Brumadinho em 2019 e do aumento da cotação internacional do minério de ferro no 2T21 e 3T21.

Embora possa ser verificado o crescimento no ano de 2021, o 4T21 apresentou redução de 20,3% em comparação ao 4T20 ocasionado, principalmente, pela desaceleração da demanda e redução do preço da *commodity* no mercado internacional.

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Mineração	22.818	28.630	-20,3%	30.846	-26,0%	107.176	98.167	9,2%
Minério de Ferro	22.168	28.103	-21,1%	30.158	-26,5%	104.478	95.674	9,2%
Exportação	18.575	25.266	-26,5%	26.348	-29,5%	89.607	84.129	6,5%
Mercado Interno (A)	3.593	2.837	26,7%	3.811	-5,7%	14.871	11.545	28,8%
Carvão e Coque (B)	650	528	23,2%	688	-5,5%	2.698	2.493	8,2%
Subtotal Minério de Ferro	22.168	28.103	-21,1%	30.158	-26,5%	104.478	95.674	9,2%
Mercado Interno + Carvão e Coque = (A+B)	4.243	3.364	261%	4.499	-5,7%	17.569	14.038	25,2%

Minério de Ferro – Exportação

No ano de 2021, o volume de carga de Minério de Ferro destinado à exportação, que representa 83,6% do grupo Mineração e 63,1% do volume total transportado pela MRS, foi de 89,6 milhões de toneladas (Mt), crescimento de 6,5% quando comparado ao ano anterior. Este crescimento foi em função, principalmente: (i) da recuperação de parte do volume proveniente de minas que sofreram interdição após o incidente de Brumadinho; (ii) do aproveitamento das condições mercadológicas com a alta da demanda e da valorização da *commodity* no mercado internacional no 2T21 e 3T21; e (iii) da redução do índice de chuvas no 1T21 em relação ao observado no 1T20, que contribuiu com o aumento da demanda por transporte por parte dos principais clientes, em virtude da melhora das condições operacionais relacionadas à produção de minério de ferro em MG e às operações portuárias.

O resultado do 4T21 apresentou redução de 26,5% em comparação ao 4T20, em função dos aumentos nas seguintes variáveis: (i) pressão mercadológica, tendo em vista a queda observada na cotação internacional da *commodity* por conta das restrições de demanda por aço na China; (ii) penalidades sobre o teor de contaminantes (teor de sílica e alumina); (iii) frete marítimo a partir de setembro de 2021; e (iv) precipitações na Região Sudeste, dado início do período chuvoso, causando restrições nas operações de produção, carga e descarga de minério.



Minério de Ferro, Carvão e Coque – Mercado Interno

O transporte de minério de ferro, carvão e coque no mercado interno, com volume transportado no ano de 2021 de 17,6Mt, apresentou crescimento de 25,2% em comparação a 2020. Esse aumento deve-se, especialmente: (i) ao desenvolvimento de soluções para transporte de material proveniente de importantes minas injetoras de oferta de matéria prima para as siderúrgicas nacionais e que foram interditadas, devido ao acidente de Brumadinho em 2019; (ii) à retomada total de operações e consequente recuperação do mercado, após a parada de alto forno ocorrida entre junho e novembro de 2020 de um importante cliente, decorrente da pandemia (iii) à alavancagem em função da compra de minério de terceiros para *blend*, em Ouro Branco-MG.

Carga Geral

O transporte de Carga Geral, que engloba as commodities agrícolas, produtos siderúrgicos, celulose, contêineres, entre outros, apresentou aumento de 1,9% em 2021, em relação ao volume realizado em 2020, perfazendo um total de 62,8Mt transportadas.

Produtos Agrícolas

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Produtos Agrícolas	9.162	10.186	-10,1%	10.077	-9,1%	39.632	40.960	-3,2%
Milho	3.987	4.962	-19,7%	4.505	-11,5%	8.822	12.161	-27,5%
Açúcar	2.802	4.025	-30,4%	3.432	-18,4%	10.671	12.008	-11,1%
Soja	952	0	-	551	72,7%	14.399	12.053	19,5%
Farelo de Soja	1.421	1.198	18,6%	1.588	-10,5%	5.741	4.739	21,1%

Os produtos agrícolas transportados pela MRS são: milho, açúcar, soja e farelo de soja e representaram 63,1% do segmento de Carga Geral. As *commodities* de soja e farelo de soja apresentaram aumento de 19,5% e 21,1%, respectivamente, e milho e açúcar, redução de 27,5% e 11,1%, em 2021 em comparação ao ano de 2020, conforme detalhado a seguir.

O desempenho favorável da soja e farelo de soja deve-se, especialmente aos volumes de Outras Ferrovias impulsionados: (i) pelo crescimento da produção e da exportação de soja no Brasil; e (ii) pela entrada em operação de um importante cliente, que resultou em ganho de *share* pela ferrovia no transporte de volumes do complexo soja para o Porto de Santos. E pela MRS, houve retomada, em fevereiro de 2021, das operações de importantes clientes de grãos, junto ao operador hidroviário. Entretanto, a Companhia foi impactada pela paralisação da hidrovia com a redução dos níveis dos reservatórios pelo ONS (Operador Nacional do Sistema), a partir de agosto de 2021.



A queda no transporte de açúcar em relação à carga própria da MRS decorreu dos seguintes fatores: (i) a oferta de açúcar até o 2T20 foi maior que a demanda contratada com captação realizada devido a maior capacidade de transporte migrada dos fluxos de grãos, em função da paralisação do operador hidroviário; (ii) com o retorno da operação de grãos em 2021, eliminou-se a oferta de capacidade adicional no açúcar, mantendo os volumes realizados em linha com os compromissos contratuais e (iii) em função da quebra da safra de milho no 2S21 houve uma redução da oferta de carga de açúcar para a MRS. No que se refere aos volumes de açúcar de outras ferrovias, a queda na ordem de 9% em 2021 deveu-se basicamente à retração de safra registrada, decorrente de fatores climáticos em função da estiagem durante o ciclo produtivo e por excesso de frio em alguns meses do ano que provocaram geadas, impactando a produtividade das lavouras de cana de açúcar. A queda no transporte de açúcar seguiu o desempenho da movimentação deste produto no Porto de Santos, destino destas cargas, que apresentou recuo de 14,6% no ano de 2021 em comparação ao ano anterior.

Produtos Siderúrgicos

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Produtos Siderúrgicos	1.855	1.680	10,5%	2.026	-8,4%	7.504	6.097	23,1%

O transporte de produtos siderúrgicos apresentou aumento de 23,1% em 2021 em comparação ao volume transportado no ano de 2020, impactado pelo seguintes fatores (i) desenvolvimento de novos fluxos de transporte *inbound* na siderurgia; (ii) captação dos volumes de transportes de produtos siderúrgicos com a recuperação do consumo e vendas de aços no mercado nacional e internacional; (iii) captação de novos clientes; e (iv) retomada do setor siderúrgico com demanda superior às dos últimos anos, refletida pelas empresas anunciando investimentos em expansão, religando fábricas e equipamentos de grande porte que estavam parados, produzindo em ritmo superior àquele verificado no período anterior ao início da pandemia.

No 4T21, o transporte de produtos siderúrgicos apresentou crescimento de 10,5%, em relação ao 4T20 impulsionado, principalmente, pelo incremento nos volumes destinados à exportação.

Contêineres

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Contêineres	527	620	-14,9%	583	-9,5%	2.259	2.226	1,5%

No segmento de transporte de Carga Geral, o grupo do transporte de contêineres contempla cargas transportadas pela MRS e as cargas de outras ferrovias (remuneradas pelo direito de passagem).



Este segmento de transportes apresentou um aumento de 1,5% no ano de 2021 em comparação a 2020, devido ao crescimento de 12% registrado nos volumes de outras ferrovias em função do aumento do fluxo de exportações no país e recuperação de volumes de um importante cliente, resultado que também acompanhou o desempenho do Porto de Santos, que apresentou crescimento de 14,2% na movimentação deste tipo de carga (em TEU¹).

Com relação à carga própria MRS, os destaques estão nas seguintes rotas: (i) RJ x Vale do Paraíba: ganho de volume em rota alternativa criada em meados de 2020 para embarque marítimo; (ii) RJ x RJ: aumento de volume de clientes habituais, entrada de novas cargas com alto valor agregado, garantindo a confiabilidade e baixo *transit time*, favorecendo o atendimento *just in time* das montadoras do pólo de Resende-RJ; (iii) RJ x BH: manutenção com incremento de volume, atingindo boa performance com novos clientes captados em parceria com armadores. Em contrapartida, ocorreram eventos que impactaram negativamente o resultado, como falta de contêineres no mercado, superlotação dos navios e elevados fretes marítimos, sendo estes fatores alheios à ferrovia.

Celulose

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Celulose	1.201	784	53,2%	970	23,8%	3.885	3.077	26,3%

O segmento de transporte de celulose apresentou um crescimento de 26,3% em 2021 em comparação ao ano de 2020, em função: (i) dos investimentos que a MRS vem realizando, em busca de ampliar sua capacidade operacional e diversificar suas áreas de atuação, principalmente para o transporte de carga geral, sendo o maior volume transportado de celulose carga própria; (ii) pelo incremento de volume de Outras Ferrovias motivado, principalmente, por ganhos operacionais gerados pelo novo terminal de celulose inaugurado no terceiro trimestre de 2020, na Ilha Barnabé, em Santos, fruto de parceria entre dois relevantes clientes, terminal este dotado de pista ferroviária (pátio em formato circular que possibilita o transbordo da carga sem a necessidade de desmembramento do trem). Este resultado significou importante ganho de *share* para a ferrovia neste tipo de carga uma vez que o Porto de Santos teve retração de 3,3% na movimentação de celulose em 2021; e (iii) valorização da *commodity* e câmbio frente ao mercado externo impulsionando as vendas.

MRS destaca que, em setembro de 2021, teve início as operações do seu novo complexo intermodal em Pederneiras (SP). Este Complexo, construído ao longo de 2021 e com investimento de R\$ 58,8 milhões, contemplou a construção do pátio ferroviário e do 1º terminal do complexo, dedicado ao transporte de celulose. As cargas chegam até Pederneiras (SP) por rodovia ou hidrovia e seguem por



ferrovia até o Porto de Santos em um trajeto ferroviário de ~500km. Detalhes adicionais podem ser consultados pelo link: <https://www.mrs.com.br/post-blog-mrs/esta-oficialmente-inaugurado-o-complexo-intermodal-pederneiras/>

Construção Civil

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Construção Civil	538	488	10,4%	502	7,3%	2.015	2.025	-0,5%

No 4T21, o segmento de transporte de construção civil apresentou aumento de 10,4% em comparação ao 4T20, impactado, especialmente, pelo volume de cimento com crescimento de 7%, devido: (i) a prospecção de novos clientes; (ii) renegociação de rotas inoperantes; (iii) melhoria de performance operacional; e (iv) aumento de *share* nos clientes atuais. Entretanto, ocorreu queda de 19% no grupo de areia que foi impactado pela perda de *share* dos clientes da MRS no mercado da grande São Paulo, principal rota de atendimento da Companhia.

Adicionalmente, o resultado no 4T21 comparado ao 3T21 e 4T20 apresentou melhora de 7,3% e 10,4% respectivamente, devido ganho de volume com negociação de navio de escória para exportação realizado no último trimestre de 2021.

Outros

Volume Transportado TU Milhares	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Outros	2.087	2.008	4,0%	2.230	-6,4%	7.495	7.266	3,2%

Em 2021, a MRS transportou 7,5Mt no segmento outras cargas, representando crescimento de 3,2% em relação a 2020, em função, principalmente: (i) do aumento de 25% no transporte de adubos e fertilizantes de outras ferrovias, acompanhando o sinal positivo do Porto de Santos, que apresentou substancial crescimento na importação deste tipo de produto e, principalmente se beneficiou da redução da pressão pelo transporte de cargas de exportação no segundo semestre, em função dos problemas nas safras do milho e do açúcar, o que facilitou a atendimento desta carga de retorno; (ii) do acréscimo de 250% no transporte de carvão mineral com incremento de negociação de navios; (iii) 24% bauxita devido aumento no consumo do produto decorrente da retomada global pelo alumínio, com acionamento de mais uma forno de cliente específico; (iv) 172% ferro gusa para consumo interno devido melhora no preço de venda e crescimento do mercado e; (v) 1.312% calcário

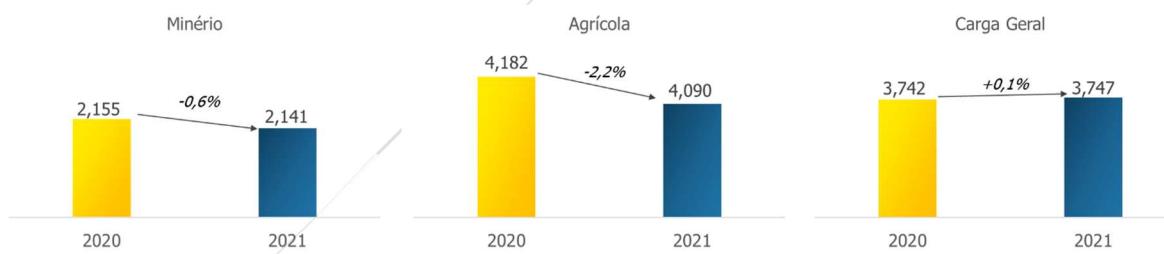
para siderurgia com desenvolvimento de solução multimodal entre os estados de MG e RJ onde implantamos uma alternativa comercial e operacionalmente adequadas para o cliente e para a MRS.

A Companhia ressalta que o volume de transporte de celulose que, até o 3T21, era apresentado dentro do segmento de Outras Cargas, a partir do ano de 2021, foi segregado, conforme destacado, anteriormente, neste Relatório Anual.

Eficiência Energética

A MRS, comprometida com a sustentabilidade de suas operações e com a preservação dos recursos naturais, acompanha o seu indicador de eficiência energética por meio da medição da quantidade de litros consumidos no transporte de 1.000 toneladas brutas em um quilômetro (litros por mil TKB). O indicador global apura a eficiência combinada dos três principais grupos de carga, que possuem características diferentes de atendimento: Minério, Agrícolas e Demais Carga Geral.

Em 2021, o indicador de eficiência energética das locomotivas atingiu a marca de 2,468 L/kTKB, mesmo patamar de 2020. Esse resultado foi derivado dos segmentos de Minério e Agrícola, que apresentaram redução de 0,6% e 2,2%, respectivamente, compensado por Demais Carga Geral, que apresentou aumento de 0,1%, conforme detalhado, a seguir.



I - Minério

- Redução de consumo de combustível devido à estratégia de isolamento/desligamento das locomotivas comandadas em pontos em que o perfil do trecho permite que o trem mantenha sua velocidade somente com a tração da locomotiva do comando;
- Aumento do tamanho de determinadas composições de trens aproveitando a capacidade de tração que as locomotivas oferecem com base em análises e estudos detalhados;
- Alteração de pontos de parada dos trens de minério para realização da operação de



cadenciamento nos trechos em que há menor impacto no consumo de combustível (trechos em rampa descendente).

II - Agrícolas

- Aumento do peso máximo das composições dos trens agrícolas, otimizando o aproveitamento da força de tração das locomotivas em função da melhora das condições da via nos trechos onde circulam esses trens.

III – Demais Carga Geral

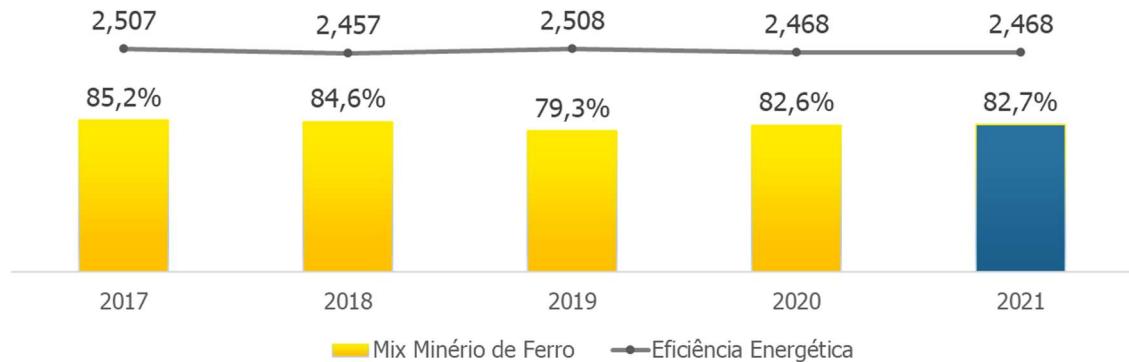
- Instalação de um Controle de Isolamento à Distância (CID) nas locomotivas que circulam neste fluxo. Este equipamento basicamente possibilita que as locomotivas que estão comandadas no trem possam ser desligadas remotamente quando não houver necessidade de tração das mesmas;

Apesar das melhorias acima, um fator determinante para o resultado da eficiência energética global é a representatividade do volume de minério, visto que este grupo de carga é o que possui melhor eficiência energética dentre todos e toda e qualquer redução de sua representatividade afeta diretamente no indicador global. A partir de 2020, a representatividade deste segmento apresenta recuperação, embora ainda tenha reflexos dos impactos diretos do acidente ocorrido em Brumadinho, onde houve a interdição de um dos principais terminais de minério da MRS, ocasionando a redução do volume transportado desta carga.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da eficiência global:



Eficiência Energética* Evolução Global



*Devido alterações na métrica do indicador de eficiência energética, os valores do indicador anteriores a 2020 sofreram alterações em relação a última publicação do relatório anual.

O *Transit Time* do minério de ferro – calcula o tempo que se leva no transporte da carga desde a origem até o destino – obteve em 2021 uma redução em função de maior eficiência na execução da operação do Trem Não Tripulado (TNT). O impacto do modelo de circulação vigente desde 2020 para atendimento ao terminal do Andaime através da operação do TNT continua presente na circulação dos trens. Nesse modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada, é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição. Também houve redução em outras regiões em função de ganhos operacionais.





Desempenho Econômicos Financeiros

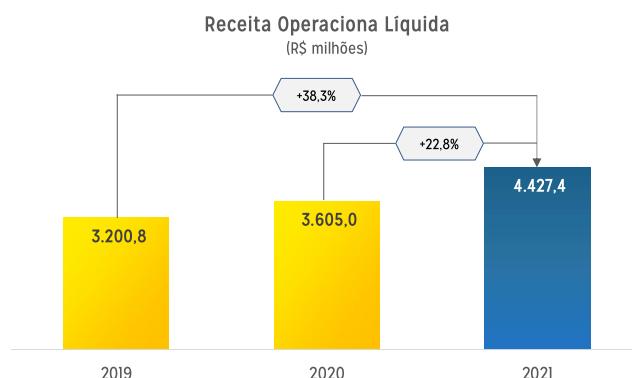
Resultados	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	1.163,5	1.064,1	9,3%	1.321,1	-11,9%	4.788,9	3.890,2	23,1%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	30,5	24,0	27,1%	28,0	8,9%	28,2	24,3	15,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	1.071,6	990,4	8,2%	1.227,4	-12,7%	4.427,4	3.605,0	22,8%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	28,1	22,3	25,8%	26,0	8,0%	26,0	22,6	15,5%
EBITDA (R\$ milhões)	500,9	680,0	-26,3%	637,9	-21,5%	2.465,9	2.012,9	22,5%
Margem EBITDA (%)	46,7%	68,7%	-22,0pp	52,0%	-5,3pp	55,7%	55,8%	-0,1pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	66,2	226,8	-70,8%	137,4	-51,8%	699,6	430,3	62,6%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	1,00x	0,83x	0,17x	0,72x	0,28x	1,00x	0,83x	0,17x

¹ EBITDA acumulado nos últimos 12 meses. O *covenant* foi detalhado no capítulo endividamento deste *release*

I. Receita Líquida: Incremento de R\$ 822,4 milhões, reflexo, principalmente, da recuperação do volume, especialmente no segmento de mineração, com aumento de 9,2% frente ao volume de 2020.

II. Custos e Despesas: Aumento de R\$440,5 milhões, em relação ao verificado em 2020. Este resultado decorre, principalmente: (i) do aumento no volume de transporte; (ii) pressão inflacionária, especialmente, nos custos com diesel; (iii) maiores custos com manutenção de ativos.

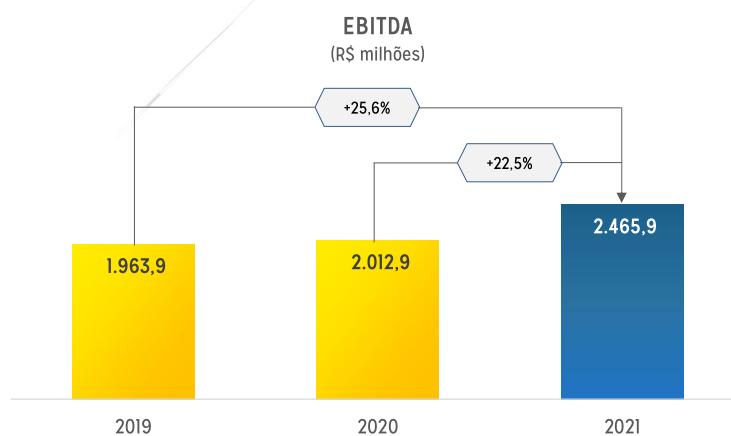
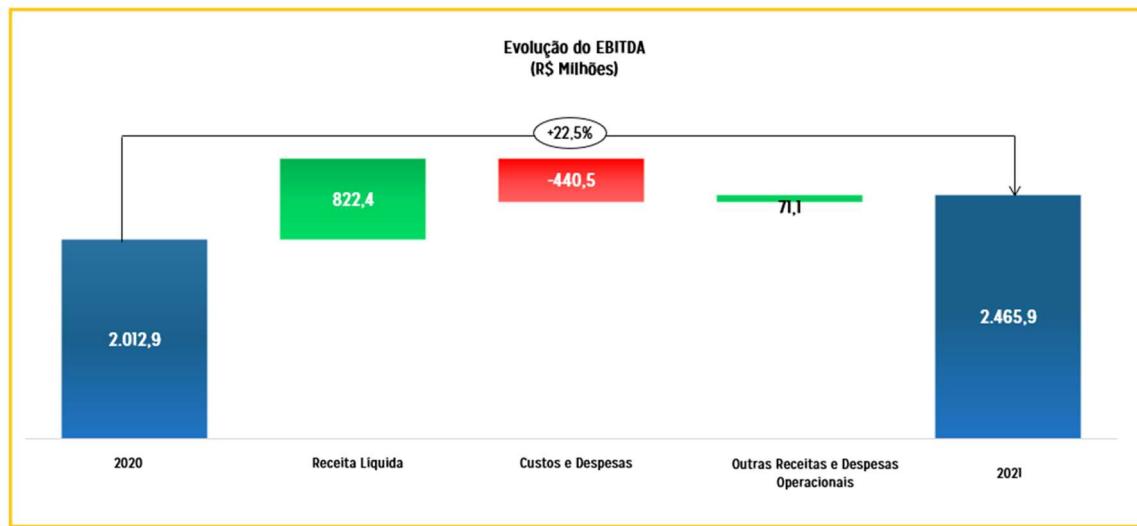
III. Outras Receitas e Despesas Operacionais: O resultado de outras receitas menos outras despesas operacionais ficou melhor em R\$ 71,1 milhões em 2021, impactado, principalmente, pelo reconhecimento de créditos fiscais, decorrentes de decisão favorável, relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em contrapartida, em 2021, a Companhia realizou o reconhecimento de receita de indenização no valor de R\$ 44,4 milhões decorrentes de revisão de volumes mínimos transportados e previstos em contrato, sendo que o valor reconhecido em 2020 foi de R\$ 239,1 milhões.



EBITDA

O EBITDA de 2021 apresentou crescimento de 22,5% quando comparado a 2020, atingindo R\$2.465,9 milhões, com Margem EBITDA de 55,7%, redução de 0,1 p.p. em comparação ao ano anterior.

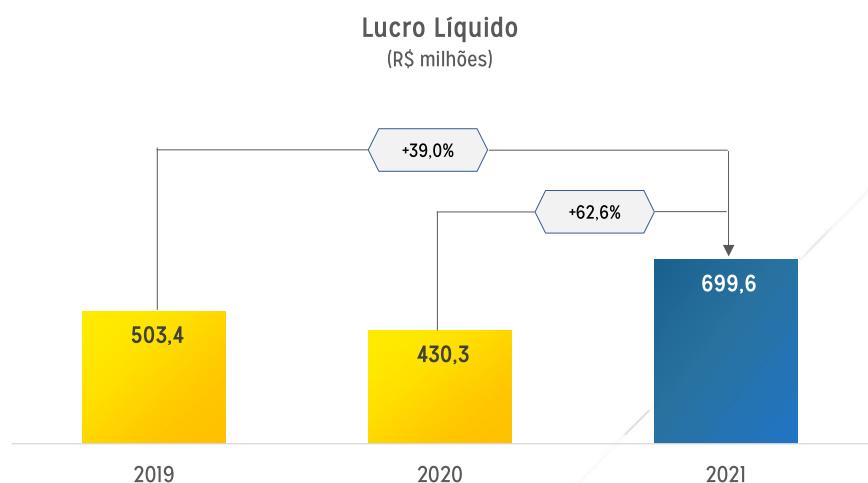
A seguir, demostramos a evolução do EBITDA de forma mais detalhada:



Lucro Líquido



A MRS apresentou Lucro Líquido de R\$699,6 milhões no ano de 2021, aumento de 62,6% (R\$269,3 milhões), quando comparado ao ano de 2020. O resultado reflete, além do crescimento do volume de negócios, principalmente, no transporte de minério, o reconhecimento de créditos fiscais relacionados à decisão favorável da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, que impactou positivamente o resultado do período.



Endividamento

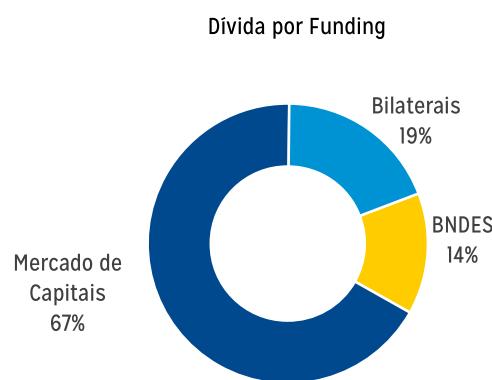
Em R\$ milhões	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21
Dívida Bruta¹	4.304,4	2.873,5	49,8%	3.964,9	8,6%
Dívida Bruta em reais	3.940,7	2.297,4	71,5%	3.603,0	9,4%
Dívida Bruta em moeda estrangeira	363,7	576,1	-36,9%	361,9	0,5%
Caixa e Aplicações Financeiras²	1.836,6	1.206,5	52,2%	2.061,6	-10,9%
Dívida Líquida	2.467,8	1.667,0	48,0%	1.903,3	29,7%
EBITDA²	2.465,9	2.012,9	22,5%	2.645,0	-6,8%
Dívida Líquida/EBITDA³ (x)	1,00x	0,83x	0,17x	0,72x	0,28x

1 A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos (Balanço) corresponde aos Custos de Transação e Incorpora o valor justo dos instrumentos derivativos; 2 EBITDA acumulado 12 meses.

A Dívida Bruta da Companhia encerrou o ano 2021 com saldo de R\$ 4.304,4 milhões, aumento de R\$ 1.430,9 milhões quando comparada ao ano de 2020.

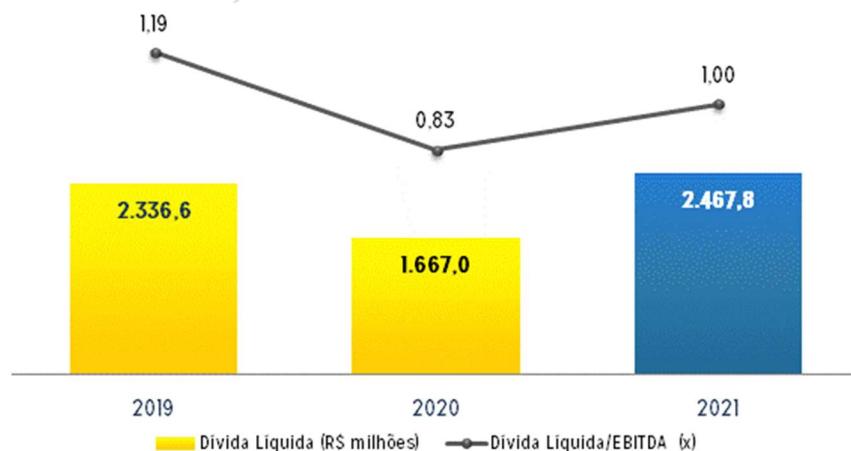
Em 2021, a MRS realizou captações de recursos, na ordem de R\$ 2.061,0 milhões, por meio: (i) da 10^a emissão de debêntures no volume de R\$ 1.500,0 milhões; (ii) emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 500 milhões e; (iii) financiamento com o BNDES de R\$ 61,0 milhões. Tais recursos foram captados para reforço do caixa da Companhia e para o alongamento do perfil da dívida. Em contrapartida, no período foram realizados amortizações e pré-pagamentos de operações bilaterais que somaram R\$ 781,9 milhões.

No encerramento de 2021, a maior parte da dívida estava indexada ao CDI, com importante participação dos instrumentos do Mercado de Capitais, além de linhas bilaterais e com o BNDES.



Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida era de R\$ 2.467,8 milhões, contra R\$ 1.667,0 milhões em 2020, refletindo o cronograma de novas entradas e saídas do caixa.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA foi de 1,00x em 31 de dezembro de 2021 contra 0,83x em 31 de dezembro de 2020, este aumento foi em função, principalmente, das captações realizadas no período.





A tabela, a seguir, demonstra a conciliação do EBITDA Recorrente utilizada no cálculo dos *covenants*:

Conciliação do EBITDA (R\$ milhões)	4T21	4T20	4T21 x 4T20	3T21	4T21 x 3T21	2021	2020	2021 x 2020
Lucro (Prejuízo) Líquido	66,2	226,8	-70,8%	137,4	-51,8%	699,6	430,3	62,6%
(+) Tributos sobre o Lucro	21,3	108,2	-80,3%	70,2	-69,6%	346,3	216,3	60,1%
(+) Depreciação e Amortização	280,4	248,0	13,0%	262,1	6,9%	1.056,7	1.049,9	0,6%
(-) Depreciação Direito de Uso (contratos arrendamento) ²	(98,2)	(74,4)	32,0%	(84,4)	16,3%	(351,1)	(281,6)	24,7%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(133,0)	(96,9)	37,3%	(168,1)	-20,9%	(363,2)	(316,4)	14,8%
(-) Encargos Financeiros AVP (contratos arrendamento) ²	(43,6)	(40,9)	6,7%	(37,3)	16,8%	(159,8)	(152,0)	5,1%
(-) EBITDA Recorrente¹	359,1	564,7	-36,4%	516,1	-30,4%	1.955,0	1.579,3	23,8%

¹ Condição mais restritiva assumida com credores;

² As informações detalhadas podem ser encontradas nas notas explicativas 16.2 e 34.

Cronograma de Amortização

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal da dívida em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio do endividamento da MRS em dezembro de 2021 foi de 4,67 anos, representando um alongamento do perfil da dívida do grupo em relação a dezembro de 2020, que foi de 2,10 anos.

Caixa e Cronograma da Dívida
(Em milhões de R\$)



Rating

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Standard & Poor's	AAA	BB-	Estável
Fitch	AAA	BB	Estável



Demonstração do Fluxo de Caixa

A geração de caixa em 2021 foi de R\$630,1 milhões. O saldo de caixa, ao final de 2021, foi de R\$ 1.836,6 milhões, resultado superior ao verificado no fechamento de 2020, de R\$ 1.206,5 milhões. Esta variação foi influenciada pelo recebimento de mecanismo de proteção contratual (*take or pay*) e indenização com partes relacionadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R\$ milhões		2021	2020
Caixa no início do período		1.206,5	668,3
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL		1.045,9	646,6
Depreciação e amortização		1.056,7	1.049,9
Variação monetária, cambial e encargos financeiros		603,0	363,7
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado		40,6	41,4
Provisão Crédito tributário		(338,0)	-
Impostos Diferidos		7,1	-
Provisão (Reversão)		(28,6)	47,6
Outros		98,5	19,4
Lucro Líquido Base Caixa		2.485,2	2.168,6
Variações nos ativos e passivos		(914,4)	(166,6)
Contas a receber		(8,3)	460,0
Estoques		(73,2)	(18,1)
Caixa restrito		-	2,1
Aplicações financeiras		-	-
Impostos a recuperar		(149,5)	28,5
Fornecedores		36,5	(34,2)
Obrigações fiscais		(3,9)	(109,2)
Pagamento de tributos sobre o lucro		(371,9)	(288,9)
Obrigações sociais e trabalhistas		44,3	(14,1)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(146,3)	(135,0)
Pagamento de juros sobre direito de uso		(159,8)	(152,0)
Outros		(82,3)	94,3
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		1.570,8	2.002,0
Atividades de Investimento		(1.515,4)	(822,4)
Imobilizado		(1.472,7)	(795,3)
Intangível		(45,3)	(27,1)
Recurso proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado		2,6	-
Atividades de Financiamento		574,7	(641,4)
Captações		561,9	511,7
Debêntures		1.500,0	-
Pagamentos		(1.049,2)	(667,0)
Direito de Uso		(335,9)	(247,1)
Pagamento por Aquisição de Imob a prazo		-	-
Dividendos pagos		(102,1)	(239,0)
Caixa no Final do Período		1.836,6	1.206,5
Geração de Caixa		630,1	538,2



Projetos e Investimentos

Em 2021, a MRS investiu R\$ 1.761,8 milhões sendo 61% em iniciativas associadas ao pacote Material Rodante.

Investimentos - R\$ Milhões	2021
Via Permanente ¹	564,4
Material Rodante ²	1.074,6
Sistema de Eletrônica	24,2
Programa SMS ³	25,9
Diversos	72,7
Total	1.761,8

¹ Expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização da via permanente

² Aquisição, confiabilidade e modernização do material rodante

³ Investimentos em Saúde, Meio Ambiente e Segurança

A seguir, são detalhados os grandes grupos de investimentos realizados em 2021:

Expansão da via permanente e pátios: cabe destacar o avanço das obras iniciadas em 2020 com foco nos fluxos de Carga Geral: (i) construção, no tempo recorde de sete meses, do novo terminal em Pederneiras. Para mais informações sobre o projeto, acesse: <https://youtu.be/2jLIol2TNss>; (ii) sinalização do trecho Jurubatuba-Ilha de Barnabé da Margem Esquerda de Santos e; (iii) recapacitação da via permanente no trecho Itirapina-Pederneiras, possibilitando assim a circulação de trens com 120 toneladas.

Confiabilidade de infraestrutura: mantido o plano preventivo de intervenções ao longo da via, com execução de 31 obras de contenções e 4 intervenções/substituições de pontes, visando minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho.

Material Rodante, Aquisição: em 2021, foram realizadas aquisições de ativos para atendimento ao volume projetado e melhorias operacionais. Dentre as aquisições destaca-se o recebimento de 28 locomotivas AC44, 864 vagões GDT INOX e 23 vagões PCT.

Modernização de ativos: mantida a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência e otimização das operações ferroviárias.

Projetos tecnológicos: cabe destacar o avanço da implantação do novo sistema ERP (SAP) e continuação do desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da



Companhia e ampliação na abrangência da utilização de controles remotos para manobra de locomotivas em pátios. Além disso, destaca-se o início do projeto que visa avaliar as possibilidades e impactos com a ampliação do tamanho do trem.

Estratégias e Perspectivas

O ano de 2021 foi de muita instabilidade em diversos aspectos. Houve avanços no controle da pandemia, porém o aparecimento de novas variantes e taxa de vacinação ainda não satisfatória, não permitiram uma retomada efetiva da economia. Soma-se a isso, o cenário de alta da inflação e crescimento dos juros, afetando custos de insumos, matérias-primas e financiamentos.

Todo este contexto trouxe diversos desafios ao longo do ano. Cada segmento teve uma resposta específica a conjuntura o qual estava inserido. O negócio de mineração (*Heavy Haul*) teve um crescimento até o terceiro trimestre, comparado com o ano anterior, beneficiado pela demanda ainda aquecida do mercado, preço do minério de ferro, que atingiu sucessivos recordes históricos e câmbio favorável à exportação.

Ainda com as incertezas do cenário mundial, em 2022 é esperado um ano de bastante consistência para os clientes *Heavy Haul*, e expectativa de incremento do volume a ser transportado para os próximos anos. Visando trazer ainda mais competitividade a cadeia de valor dos clientes, a MRS vem garantindo a sustentabilidade operacional, inclusive em áreas de restrição de circulação; com novas soluções que garantam aumento de capacidade e excelência do transporte, além disso está buscando e implementando estratégias para garantir uma operação com custos otimizados e de elevados níveis de segurança.

Nos segmentos Cargas Gerais e Agrícolas, a MRS vem solidificando sua atuação cada vez mais. Tivemos o início do transporte de celulose com carregamento no novo terminal de Pederneiras. Em contrapartida, a crise hídrica reduziu, momentaneamente, o transporte de outras *commodities* agrícolas. No próximo ano, espera-se uma normalização do transporte fluvial, retomada dos volumes deste segmento e incremento na celulose.

Expectativa para 2022 é de um cenário econômico mundial mais favorável, com crescimentos mais expressivos que os observados em 2021. Este contexto tende a aumentar as demandas e, consequentemente, favorecer o crescimento dos segmentos de Carga Geral.

Para o primeiro semestre do próximo ano é esperada a assinatura do contrato de renovação da concessão da MRS, finalizando assim todo processo e garantindo o início da execução dos projetos de investimentos previstos, que irão trazer diversos benefícios para a sociedade, para a empresa e para competitividade do nosso país.

Os investimentos relacionados à prorrogação antecipada da concessão da MRS estão inseridos no PPI (Programa de Parceria de Investimentos). Esse processo de prorrogação antecipada do Contrato



de Concessão foi iniciado em março de 2015, a Companhia tem mantido relacionamento constante com as áreas técnicas do Ministério de Infraestrutura para entendimento da estratégia do Governo quanto à definição dos investimentos decorrentes da política pública.

Metas Regulatórias

As metas de produção e de acidentes, estabelecidas e apuradas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT para o ano de 2021, estão em fase de consolidação pela Instituição. Nos anos de 2019 e de 2020, a meta de acidentes foi cumprida. Este resultado é reflexo, principalmente, dos investimentos realizados em segurança operacional e do trabalho contínuo das campanhas de prevenção e conscientização da população, desenvolvidas pela Companhia para reduzir a quantidade e a gravidade dos acidentes ferroviários.

As metas de produção por trecho pactuadas, nos anos de 2018, 2019 e 2020, foram atendidas na totalidade.

Por fim, a MRS informa que pactuou com a ANTT as metas de produção e de segurança para o período de 2018-2022. Em função dos eventos extraordinários ocorridos em Brumadinho-MG, em janeiro de 2019, que impactaram no transporte ferroviário de minério de ferro, na região do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, as metas de produção para os anos de 2019 e 2020 sofreram ajustes (Deliberações nº 728, de 25 de junho de 2019, e nº 974, de 05 de novembro de 2019), nos termos do que estabelece o Contrato de Concessão firmado com a União e a Resolução ANTT nº 5.831/2018.

Agenda ESG

Clima Organizacional

No ano de 2021, a MRS atingiu 86,38% de favorabilidade dos colaboradores, de acordo com a pesquisa de clima, que teve adesão de 91% de respondentes. O resultado se manteve elevado, mesmo diante do cenário agravado da Covid-19, durante o ano.

O fator Cenário Contemporâneo, foi o que apresentou o melhor resultado na pesquisa, com 91,87% de satisfação. As questões abordadas neste tópico referem-se às ações adotadas pela Companhia no cenário da pandemia e questões relacionadas ao ESG, com destaque para duas perguntas que estão entre os top 5 melhores resultados da Companhia.



Diversidade

As ações voltadas para o tema Diversidade tem avançado na MRS Logística. Em novembro/2021, a Companhia lançou sua Diretriz Organizacional sobre Diversidade e Não Discriminação, que tem por objetivo apresentar as diretrizes que embasam seu Programa de Diversidade, princípios gerais e compromissos institucionais.

A Diversidade está sendo tratada no âmbito estratégico na Diretoria de Recursos Humanos e Gestão e por meio de uma Comissão de Diversidade multidisciplinar com representantes plurais.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com 6.148 colaboradores, 84% ligados à operação ferroviária. Do efetivo total, que engloba além de colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, a idade média foi de 37 anos, destaque para o crescimento da participação feminina, que correspondeu a 12,9%. E como resultado dos esforços da Companhia em fomentar um ambiente diverso e inclusivo, 5,09% do quadro de funcionários eram de pessoas com deficiências, o que representa um aumento de 4,45% no número de pessoas em comparação ao ano de 2020, quando a MRS já superava a cota prevista em lei.

Capital Intelectual

A MRS segue investindo na formação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos seus colaboradores. Em 2021, foram ministrados, pela Academia MRS, treinamentos de segurança operacional e pessoal, além de cursos para qualificação e aperfeiçoamento das atividades exercidas nos mais diversos cargos. Esses treinamentos foram disponibilizados para a maioria dos colaboradores, com uma carga horária média de 42,5 horas/aula para cada aluno/empregado.

Os colaboradores da MRS contam, também, com o Programa de Incentivo à Educação, onde é custeada pela MRS uma parte das mensalidades dos cursos de formação e aperfeiçoamento, como os de graduação, pós-graduação, ensino-técnico e cursos de idiomas. Em 2021, 428 colaboradores se formaram ou deram continuidade aos seus estudos por meio deste programa.

Reafirmando o compromisso de desenvolvimento profissional dos colaboradores, a MRS iniciou, em 2021, para 86 colaboradores, o Programa de Formação da Liderança em parceria com a FIA Business School, capacitando os colaboradores na tomada de decisões de forma ágil e alinhada às estratégias de negócio da Companhia. Academia MRS, em parceria com a SETA formou 15 especialistas no Modular de Estratégia em temas de criatividade, colaboração, pensamento crítico e



resolução de problemas complexos, e também, iniciou o Programa de Formação de Especialistas para 20 colaboradores com 17 temas diferentes, entre eles: Métodos ágeis, Lean Six Sigma, Comunicação, Finanças Corporativas e Inteligência Emocional.

Além disso, a Academia MRS ministrou os cursos de Formação em Operação Ferroviária para 346 alunos, junto ao sistema SENAI de Ensino e Aprendizagem Industrial, nos estados de MG/RJ/SP, FIEMG/FIRJAN/FIESP.

Saúde

A MRS se preocupa constantemente com seu potencial humano e o apoia, continuamente, na busca da integralidade de sua saúde, com ações de promoção à saúde, bem-estar físico, mental e emocional e, de prevenção ao adoecimento, bem como aos seus familiares dependentes. E a pandemia da Covid-19 reforçou esse cuidado. Com esse olhar, no decorrer do ano de 2021, a MRS desenvolveu várias ações, dentre as quais:

Campanhas de Qualidade de Vida: foram executadas 122 ações, pelas equipes de medicina e enfermagem do trabalho de cada um dos 07 Postos de Saúde da MRS, localizados em MG, RJ e SP, por vezes enriquecidas com a participação de especialistas no tema abordado. Dentre as ações realizadas, a Companhia cita: “Hábitos de alimentação saudáveis”; “Doenças do coração”; “Combate a elevação do colesterol”; “Diabetes mellitus”; “Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis”; “Outubro Rosa”; “Novembro Azul”; “Nutrição dos Rins”; “Cuidados com a voz”; “Saúde da Mulher”; “Ginástica Laboral”; “Noções de Primeiros Socorros”; “Saúde Mental”; “Orientações gerais de higiene”; “Prática de atividade física”; “Cuidados com a audição”; “Vacinação Tétano”; “Doação de Sague”.

Covid-19: A Companhia realizou iniciativas de enfrentamento à Covid-19, com plantão médico e assistência de enfermagem 24h por dia e 7 dias por semana. A MRS realizou orientações sobre a importância da Vacinação, e encerrou o ano com 99,39% de seus colaboradores vacinados com a primeira dose e 92,68% já imunizados com as duas doses ou dose única.

Campanha de Vacinação anti-Gripal: a imunização com a vacina antigripal quadrivalente (vacina atualizada e de maior potencialidade) foi realizada a 6.283 pessoas, entre colaboradores e dependentes legais.

Programas de Prevenção e Orientação: o corpo clínico da MRS continuou prestando assistência para prevenção ao adoecimento cardiovascular e suas consequências, assim como a prevenção ao uso Indevido de Álcool e outras Drogas – PPAD, a fim de assegurar o ambiente de trabalho. A Companhia possui o Programa de Conservação Auditiva (PCA), que tem por objetivo permanente acompanhamento dos colaboradores expostos ao ruído, por equipe multiprofissional



(médicos e fonoaudiólogos) que atuam de forma preventiva. O Projeto Bebê a Bordo promoveu a troca de vivências entre casais grávidos da MRS, seus familiares e apoiantes, através de orientações especializada acerca da gestação, o parto, a amamentação, os primeiros socorros com o bebê, dentre outros.

Exames ocupacionais: 100% de colaboradores da MRS realizam, anualmente, o exame periódico de saúde ocupacional, independente do risco ocupacional ou da idade, dentre eles 2.007 foram realizados em pontos distantes, por meio de atendimento móvel *in Company* e os demais *in Company*. Além desses exames, foram realizados mais outros 2.194 exames ocupacionais, dentre os quais: admissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais.

Além de todas as ações mencionadas, em 2021, em modelo remoto, os colaboradores da MRS participaram de um importante trabalho de incentivo à mudança de mentalidade voltada à qualidade de vida e bem-estar, principalmente no que tange a adaptação ao “Novo Normal” e ao modelo de trabalho em *home office*. E o tema Saúde Mental, também, foi priorizado pela MRS. A Companhia promoveu diversas ações, dentre estas, realização de palestras, disponibilização de conteúdos e semanas internas de Saúde, bem como, serviços de atendimento emocional a colaboradores e dependentes para o rápido suporte emocional quando necessário, visando a plenitude da Saúde como um todo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar.

A MRS oferece, ainda, benefícios que incentivam à prevenção e tratamentos de saúde, tais como: Planos de Saúde e Odontológico, oferecidos aos colaboradores e dependentes legais e Convênios, com descontos em medicamentos e produtos em farmácias.

Segurança do Trabalho

Quando se trata de segurança, a MRS não mede esforços. Ao longo de 2021, foram investidos o montante da ordem de R\$ 7,4 milhões em projetos e obras de melhoria e conforto nas instalações. E importantes ações foram realizadas neste ano, entre elas, Workshops de Segurança, SIPATMA (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente), além de campanhas, produção de *podcasts* e palestras. A MRS destaca a implementação da “Escolinha de Via Permanente”, um espaço dedicado à capacitação dos mantenedores, sobretudo, nos retornos de férias, promover melhorias nas atividades do Ronda de Via², e realizar workshops com técnicos de segurança de parceiros da Companhia que estão alocados ao longo da sua malha ferroviária.

O resultado dessas ações e o esforço contínuo da MRS se reflete no bom desempenho na taxa de frequência de acidentes “com” e “sem afastamento”. Em 2021, a Companhia atingiu a marca de 0,63, o 2º melhor resultado histórico, apenas atrás do ano de 2020, quando a taxa foi de 0,51. A Companhia ressalta que nos últimos 11 anos a redução foi de 92%.



Segurança Operacional

A MRS possui índices de segurança ferroviária no mesmo patamar das principais ferrovias *Class #1* norte-americanas³, o que ratifica a sua confiabilidade operacional e o compromisso em garantir a integridade da carga transportada de seus clientes. O reflexo desse padrão está na redução de 37%, nos últimos 11 anos, da taxa de ocorrências por bilhão de TKB (tonelada bruta x km), taxa que demonstra os acidentes com participação direta da MRS e os acidentes causados pelas comunidades lindeiras e pelas outras ferrovias/concessionárias. Apesar dessa boa performance ao longo dos anos, o ano 2021 encerrou com 1,76, resultado acima do ano de 2020, que foi de 1,64.

O maior desafio da MRS refere-se aos acidentes causados pela comunidade. Visando a preservação da faixa de domínio ferroviária, a Companhia investiu, no ano de 2021, recurso financeiro no montante de R\$ 8 milhões e de forma pedagógica, realiza permanente conscientização das comunidades, além de forças tarefas com vigilância ostensiva.

Adicionalmente, a MRS possui processos e atividades voltados à prevenção de acidentes. A Companhia dispõe de métodos de auditorias comportamentais (“Observação de Tarefas”), inspeção de condições físicas e de via permanente nos terminais de nossos clientes e parceiros (“Programa de Segurança em Terminais”), atenção particular voltada à confiabilidade dos pátios de manobra ferroviária (“Programa de Segurança na Malha”) e indicadores preditivos de riscos à manutenção dos nossos ativos e operação da ferrovia (“Farol de Riscos”).

² Colaborador dedicado à atividade de inspeção visual da malha ferroviária

³ CSX Transportation, BNSF Railway e Norfolk Southern Railway.

Meio Ambiente

O respeito ao meio ambiente é um dos pilares que move a MRS para a evolução da cultura de sustentabilidade dentro da Companhia. Para isso, há um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”), que tem por objetivo permitir a adoção das melhores práticas para a gestão dos programas ambientais executados pela MRS, o controle dos riscos ambientais e a otimização dos custos operacionais. Atuando de forma preventiva, o SGA visa informar o desempenho ambiental dos processos, eliminar e minimizar os possíveis impactos ambientais, reduzir as ocorrências, preparar os colaboradores adequadamente para o atendimento às emergências, bem como obter maior assertividade na condução da estratégia ambiental e dos compromissos assumidos com os órgãos competentes.

Em 2021, a Companhia conduziu suas atividades assegurando o cumprimento integral das normas aplicáveis e dos demais requisitos para a preservação do meio ambiente, cumprindo integralmente



todos os programas ambientais relativos às condicionantes da Licença de Operação da malha ferroviária e das oficinas.

Ao longo do ano, dentre os programas ministrados, a Companhia destaca o Programa de gerenciamento de resíduos sólidos, Programa de gerenciamento de efluentes líquidos, Programa de gerenciamento de processos erosivos, Programa de gerenciamento de emissões de gases do efeito estufa e gestão climática, Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de licenciamento ambiental.

A MRS atuou em diversas frentes nos processos de licenciamento ambiental e seu cumprimento de condicionantes. Entre eles, a renovação junto ao IBAMA das licenças ambientais dos complexos de oficinas do Horto Florestal, em Belo Horizonte, Jeceaba e Conselheiro Lafaiete, unificando o licenciamento com a malha ferroviária até 2027. Além disso, foi obtida nova licença ambiental de operação para o terminal de celulose em Pederneiras, que será operado por empresa parceira. Como resultado, a Companhia consegue transportar mais carga em seu portfólio e respeitar rigorosamente suas licenças de operação, suas condicionantes e a qualidade ambiental necessária ao negócio.

A MRS, também, lançou o Programa de gerenciamento de emissões de gases do efeito estufa como ferramenta estratégica. Em 2021, a Companhia confeccionou seu primeiro inventário de emissões de gases do efeito estufa, referente aos anos de 2019 e 2020, contemplando os escopos 1 e 2. A MRS, buscando ainda mais transparência junto ao mercado, respondeu o questionário de mudanças climáticas do CDP e participou como signatária do Acordo de São Paulo, organização que visa definir estratégias do setor empresarial em prol do clima.

Relações Institucionais

Relacionamento com a Administração Pública e a Comunidade

Em 2021, a MRS sustentou suas ações de relacionamento junto às comunidades do entorno da ferrovia, por meio de parcerias estabelecidas com lideranças e Governos Municipais, respeitando as recomendações de distanciamento social, extremamente necessárias, com a persistência do cenário pandêmico.

Deste modo, os processos para tratamento de possíveis impactos da ferrovia para as comunidades e desenvolvimento de parcerias, foram realizados à distância, pelas equipes regionais, que atuam de forma sistêmica, em um processo designado “Metodologia de Diálogo”. Este processo, que conta com estruturas formais e informais em vários níveis de gestão, tem por objetivo promover soluções para as mais diversas demandas da comunidade e da Administração Pública e garantir ferramentas para o estreitamento do relacionamento. Neste contexto, além do atendimento às demandas, foram



estabelecidas parcerias que resultaram em 28 iniciativas, tais como: construção e revitalização de áreas de lazer; ações de mobilidade urbana; iluminação de áreas públicas do entorno da ferrovia, construção e implantação de centros de segregação e tratamento de resíduos, além da instalação de dezenas de coletores de resíduos, em municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Para estas ações e doações, a MRS disponibilizou, em 2021, R\$ 2,8 milhões por meio de recursos próprios.

Como exemplo de iniciativa para facilitar o relacionamento, a MRS realiza, anualmente, o evento “Espaço Aberto: MRS e Comunidade” no qual apresenta para as principais lideranças regionais as principais ações e investimentos realizados com o objetivo de reduzir os impactos da operação e melhorar a convivência com a ferrovia. Em 2021, considerando as restrições da pandemia, todos os eventos foram cancelados por se tratar de encontro com objetivo de estimular a relação interpessoal e o contato presencial. Entretanto, as principais lideranças da comunidade e representantes da Administração Pública mantiveram acesso direto (por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens) às equipes de Relações Institucionais, de maneira que, na ocorrência de demandas, reclamações ou outras necessidades, as equipes se colocaram acessíveis, como de praxe.

As reuniões promovidas junto aos gestores internos para tratamento de demandas e os encontros pontuais com objetivo de estreitar o relacionamento, estimular o diálogo e buscar soluções compartilhadas foram mantidos, presencialmente, respeitando as recomendações de segurança, ou virtualmente. Em 2021, 94 encontros foram realizados junto a lideranças comunitárias, representantes da Administração Pública e da Câmara de Vereadores de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ações para Prevenção de Acidentes

Em 2021, as ações para prevenção de acidentes, relacionadas diretamente às comunidades, em atividades presenciais, foram profundamente comprometidas pelo cenário pandêmico e a necessidade de adoção de medidas de distanciamento social. A principal estratégia adotada pela MRS, neste período, foi a realização de campanhas e informativos digitais, por meio de mídias sociais e aplicativos de mensagens. As ações realizadas com foco nas comunidades que apresentam maior incidência de acidentes somaram a participação de 9.900 pessoas, entre adultos, crianças e adolescentes, e abrangeram 7 municípios.

Projetos Sociais, Culturais e Esportivos

Por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), a MRS apoiou 16 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando inúmeros projetos, além de 9 Conselhos Municipais dos Direitos dos Idosos. A Companhia também patrocinou 12 projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e 3 projetos esportivos através da Lei de Incentivo ao Esporte. Em 2021, a MRS deu continuidade à utilização dos recursos incentivados pelas Leis do



PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), que foram direcionados para 3 projetos. Os investimentos socioculturais e esportivos totalizaram R\$ 11,7 milhões em 2021. Ainda, como forma de reiterar seu compromisso com a História Ferroviária, a MRS aderiu ao maior programa de preservação à memória e do patrimônio histórico já realizado no Brasil, “Resgatando a História”, em parceria com o BNDES e outras empresas da iniciativa privada, que conta com previsão de aporte total no montante de R\$ 200 milhões para os próximos 3 anos.

Parcerias e Doações

Além de todas as iniciativas já mencionadas, e que se constituem em um programa estruturado com foco em ações relacionadas à atividade ferroviária, a MRS promove, anualmente, inúmeras pequenas doações, de caráter assistencial, que colaboram para o melhor relacionamento junto às comunidades. No ano de 2021, a demanda por doações para eventos comunitários de “Dia das Crianças” e “Natal” foi intensa e resultou na entrega de mais de 17 mil itens, entre caixas de bombons, brinquedos, caixas de leite e kits escolares distribuídos para 24 municípios de interface.

Deslocamento de Populações

Ao longo dos anos, a MRS tem demonstrado atenção constante ao bem-estar das comunidades, principalmente, àquelas próximas de sua faixa de domínio. Dentre as iniciativas de destaque em 2021, a Companhia, por meio de recursos próprios, direcionou ações para melhores práticas relacionadas ao deslocamento de populações vulneráveis. Desta forma, a MRS tem atuado com protagonismo em casos de deslocamento de famílias estabelecidas nos municípios de Ibirité (MG), Suzano (SP), Mangaratiba (RJ), Três Rios (RJ) e Guarujá (SP), com objetivo de garantir a segurança das populações e da operação ferroviária. Em consonância com tal política, também foi constituída, em 2021, a Gerência de Gestão Fundiária, designada a criar procedimentos, fluxos de negociação e soluções para questões de deslocamento de comunidades, dentre outras atividades.

Covid-19

Em consonância com sua Política de Relacionamento junto às Comunidades e considerando que o papel das empresas, na sociedade, deve ir além da geração de empregos e tributos, a MRS promoveu ação solidária, em apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de iniciativa conjunta com órgãos municipais e instituições de assistência visando à doação de itens alimentícios e testes rápidos para detecção do contágio pelo vírus SARS-CoV-2. As ações resultaram na entrega de 7.569 cestas básicas para 35 municípios de interface, nos Estados de RJ, MG e SP. As doações, planejadas em conjunto com as Secretarias de Assistência Social e as instituições parceiras, representaram o montante de 80 toneladas de alimentos e aproximadamente 150 mil itens, distribuídos conforme os



critérios adotados pelos parceiros. Com relação aos testes rápidos, para detecção do contágio pelo vírus SARS-CoV-2, no ano de 2021 foram doados mais de 2 mil testes abarcando 7 Municípios.

As informações detalhadas estarão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade da MRS:
<https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-mrs/>

Auditores Independentes

No exercício de 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e revisões das informações trimestrais.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria além dos mencionados acima

MRS LOGÍSTICA S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2021		2020	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.836.612		1.206.484	
Contas a receber de clientes	9	422.931		382.503	
Outras contas a receber	10	16.249		8.740	
Estoques	11	202.840		132.353	
Tributos a recuperar	12	109.509		63.638	
Despesas antecipadas	14	32.672		16.767	
Instrumentos financeiros derivativos	24	14.561		27.240	
Outros ativos circulantes	15	44.012		27.312	
Total do ativo circulante		2.679.386		1.865.037	
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	9	247.466		284.742	
Outras contas a receber	10	23.046		30.342	
Tributos a recuperar	12	550.287		108.641	
Tributos diferidos	13	65.124		60.788	
Despesas antecipadas	14	1.923		1.294	
Instrumentos financeiros derivativos	24	131.519		116.441	
Outros ativos não circulantes	15	121.847		124.644	
Imobilizado em operação	16.1	6.543.555		5.766.256	
Imobilizado em andamento	16.1	974.801		801.335	
Direito de uso em arrendamento	16.2	1.995.247		1.906.497	
Intangível	17	100.535		63.696	
Total do ativo não circulante		10.755.350		9.264.676	
TOTAL DO ATIVO		13.434.736		11.129.713	

(continua)

MRS LOGÍSTICA S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais

(Continuação)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2021		2020	
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	487.525		331.614	
Obrigações sociais e trabalhistas	19	208.414		164.079	
Imposto de renda e contribuição social	20	188.469		207.265	
Outras obrigações fiscais	21	50.694		50.355	
Empréstimos e financiamentos	22	770.112		831.632	

Arrendamento mercantil	23	383.324	317.913
Instrumentos financeiros derivativos	24	85.324	10.570
Dividendos a pagar	25	166.347	102.371
Concessão a pagar	26	5.614	4.706
Adiantamento de clientes		5.795	1.902
Provisões	27	21.043	53.762
Outras obrigações	28	25.437	55.267
Total do passivo circulante		<u>2.398.098</u>	<u>2.131.436</u>
 NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores	18	39.449	39.392
Empréstimos e financiamentos	22	3.551.286	2.156.376
Arrendamento mercantil	23	1.718.367	1.675.075
Concessão a pagar	26	2.758	2.737
Adiantamento de clientes		19	19
Provisões	27	741.117	662.481
Outras obrigações	28	136.175	149.378
Total do exigível a longo prazo		<u>6.189.171</u>	<u>4.685.458</u>
 TOTAL DO PASSIVO		<u>8.587.269</u>	<u>6.816.894</u>
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	29a	2.151.539	2.047.268
Destinação de reserva para aumento de capital	29a	1.809.492	104.271
Reservas de lucros		875.480	2.151.539
Reserva legal	29c	377.026	342.047
Reserva para investimentos	29d	498.454	1.809.492
Ajustes de avaliação patrimonial	29f	10.956	9.741
Lucros acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		<u>4.847.467</u>	<u>4.312.819</u>
 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>13.434.736</u>	<u>11.129.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	31	4.427.385	3.604.965
Custo dos serviços prestados	32	(2.911.307)	(2.517.730)
LUCRO BRUTO		1.516.078	1.087.235
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	32	(16.061)	(13.440)
Despesas gerais e administrativas	32	(298.306)	(247.197)
Outras receitas operacionais	33	500.326	389.820
Outras despesas operacionais	33	(292.888)	(253.438)
LUCRO OPERACIONAL		1.409.149	962.980
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	34	389.420	498.924
Despesas financeiras	34	(752.668)	(815.338)
		(363.248)	(316.414)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.045.901	646.566
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	35	(357.400)	(340.349)
Diferido	35	11.083	124.065
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		699.584	430.282
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	29a	340.000	340.000
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$		2.057,60	1.265,54
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	30	1.970	1.211
PREFERENCIAL	30	2.167	1.333
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	30	2.167	1.333
PREFERENCIAL	30	2.167	1.333
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		699.584	430.282
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	29f	877	1.413
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	29f	338	337
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		700.799	432.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MRS Logística S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

SALDO EM 01 JANEIRO DE 2020

Resultado abrangente do exercício

Lucro líquido do exercício

Nota
explicativa

Capital social

Destinação para
aumento do
capital social

1.917.306

129.962

30

Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego

Total do resultado abrangente do exercício

- -

Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas

Aumento de capital - RCA 25/03/2020

129.962 **(129.962)**

Dividendos adicionais

Destinação do lucro líquido do exercício

Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos mínimos obrigatórios

25

Transferência entre reservas

. Reserva legal

. Retenção para investimentos

104.271

Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas

129.962 **(25.691)**

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

2.047.268 104.271

SALDO EM 01 JANEIRO DE 2021

Resultado abrangente do exercício

Lucro líquido do exercício

Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego

Total do resultado abrangente do exercício

Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas

Aumento de capital - RCA 24/03/2021

Dividendos adicionais

Destinação do lucro líquido do exercício

Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital

Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do capital social
------------------	----------------	---

<u>2.047.268</u>	<u>104.271</u>
------------------	----------------

30

29f

<u>-</u>	<u>-</u>
----------	----------

104.271	(104.271)
---------	-----------

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos mínimos obrigatórios

Transferência entre reservas

. Reserva legal

. Retenção para investimentos

29a	1.809.492
------------	-----------

25

29c

29d

Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas

SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Legal	Retenção para investimento	Dividendos propostos	Total		
7.991	320.533	1.726.735	-	2.047.268	-	4.102.527
1.750				-	430.282	430.282
1.750	-	-	-	-	-	1.750
					430.282	432.032
				-	-	-
				(119.548)	(119.548)	(119.548)
				-	-	-
				-	-	-
				-	(102.192)	(102.192)
				-	-	-
21.514				21.514	(21.514)	-
				306.576	(306.576)	-
-	21.514	82.757	-	208.542	(430.282)	(221.740)
9.741	342.047	1.809.492	-	2.255.810	-	4.312.819

Reservas de lucros

Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Reserva para investimento	Dividendos propostos	Total	Lucros acumulados	Total
<u>9.741</u>	<u>342.047</u>	<u>1.809.492</u>	<u>-</u>	<u>2.151.539</u>	<u>-</u>	<u>4.312.819</u>
<u>1.215</u>				<u>-</u>	<u>699.584</u>	<u>699.584</u>
<u>1.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>699.584</u>	<u>700.799</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>(1.809.492)</u>	<u>(1.809.492)</u>	<u>-</u>
				<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>166.151</u>	<u>-</u>	<u>(166.151)</u>	<u>(166.151)</u>
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>34.979</u>				<u>34.979</u>	<u>(34.979)</u>	<u>-</u>
		<u>498.454</u>		<u>498.454</u>	<u>(498.454)</u>	<u>-</u>
<u>-</u>	<u>34.979</u>	<u>(1.311.038)</u>	<u>166.151</u>	<u>(1.276.059)</u>	<u>(699.584)</u>	<u>(166.151)</u>
<u>10.956</u>	<u>377.026</u>	<u>498.454</u>	<u>166.151</u>	<u>875.480</u>	<u>-</u>	<u>4.847.467</u>

MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido antes do IR e CSLL	35	1.045.901	646.566
Resultado na alienação do imobilizado e intangível		(1.595)	-
Depreciação e Amortização	32	1.056.749	1.049.931
Variação monetária/cambial e encargos financeiros		603.043	363.655
Tributos Diferidos	13	7.084	-
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado		40.550	41.378
Provisão (Reversão)	33	(28.614)	47.618
Amortização Despesa Antecipada	14	22.982	19.479
Provisão p/ Baixa de Ativos	33	75.270	(742)
Provisão Perdas e créditos de Liquidação Duvidosa	29	1.460	282
Provisão de créditos tributários	12	(337.972)	-
Outros		398	424
		2.485.256	2.168.591
 (Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a Receber	9 e 10	(8.287)	460.030
Estoques	11	(73.183)	(18.081)
Impostos a Recuperar	12	(149.545)	28.527
Despesas Antecipadas	14	(39.516)	(14.643)
Outros Ativos		(5.419)	(1.567)
Caixa Restrito		-	2.055
 (Aumento) redução nos passivos operacionais			
Concessão a Pagar	26	929	969
Fornecedores		36.505	(34.244)
Obrigações Fiscais	20 e 21	(3.931)	(109.240)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	44.335	(14.130)
Provisões/Reversões		877	1.413
Adiantamento de clientes		3.893	1.519
Outras Obrigações		(43.033)	106.898
Caixa gerado pelas operações		2.248.881	2.578.097
Pagamento de tributos sobre o lucro		(371.926)	(288.894)
Pagamento Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	36.3	(60.234)	(52.993)
Pagamento Juros Debêntures	36.3	(86.038)	(82.056)
Pagamento de Juros s/ Direito de Uso	36.3	(159.820)	(152.017)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.570.863	2.002.137

(continua)

MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de Imobilizado	16.1	(1.472.711)	(795.347)
Adições de Intangível	17	(45.315)	(27.124)
Recursos provenientes da alienação de bens do Imobilizado/Intangível	33	2.588	-
Caixa líquido atividades de investimento		(1.515.438)	(822.471)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação Empréstimos e Financiamentos	36.3	561.930	511.692
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	36.3	(619.871)	(606.290)
Recursos provenientes da emissão de debêntures	36.3	1.500.000	-
Pagamento de Debêntures	36.3	(429.373)	(60.680)
Pagamentos Arrendamento Mercantil	23	(335.853)	(247.123)
Dividendos Pagos	25	(102.130)	(239.045)
Caixa gerado pelas operações de financiamento		574.703	(641.446)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES			
Caixa e equivalentes de caixa		630.128	538.220
Saldo inicial		1.206.484	668.264
Saldo final		1.836.612	1.206.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MRS LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	31	4.788.858	3.890.220
Outras receitas		500.326	389.820
Receitas de construção de ativos próprios		93.198	27.011
Provisão/(reversão) de créditos de liquidação duvidosa	32	(1.459)	(283)
		5.380.923	4.306.768
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(1.657.232)	(1.206.973)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(131.460)	(103.432)
Outros		(200.687)	(176.384)
		(1.989.379)	(1.486.789)
VALOR ADICIONADO BRUTO		3.391.544	2.819.979
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	32	(1.056.749)	(1.049.931)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		2.334.795	1.770.048
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	34	389.420	498.924
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		2.724.215	2.268.972
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		602.317	520.470
Impostos, taxas e contribuições		654.827	490.512
Remuneração de capitais de terceiros		767.487	827.708
Remuneração de capitais próprios		699.584	430.282
Dividendos	25	166.151	102.192
Lucros retidos	29c e 29d	533.433	328.090
		2.724.215	2.268.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**1. Contexto operacional**

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes à renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em 6 de junho de 2019, consubstanciada na Deliberação nº 614, de 4 de junho de 2019, a ANTT publicou o Aviso de Audiência Pública nº 007/2019, comunicando a realização de referida Audiência com o objetivo de colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS. Em 13 de setembro de 2019, às 18h, encerrou-se o prazo para contribuições à Audiência Pública, fixado pelo Ofício SEI nº 7414/2019/SUFER/DIR-ANTT, emitido em 5 de julho de 2019.

No dia 21 de outubro de 2021, o Plano de Negócios e o Relatório Final de Audiência Pública foram aprovados pela Diretoria Colegiada da ANTT, que levou em consideração a realização de ajustes para contemplar as contribuições acatadas pela Agência. Dessa forma, em 31 de outubro de 2021, o processo foi encaminhado ao Ministério de Infraestrutura, que avaliou sua conformidade com as diretrizes da Política Pública, e, em sequência, enviou a proposta para análise técnica do Tribunal de Contas da União, para que possa seguir para conclusão de voto do Ministro Relator e posterior deliberação em plenário, que possibilitará, quando aprovada, a assinatura do aditivo contratual.

O contrato de concessão vigente estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas.

Caso essas metas não sejam alcançadas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade;



(iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2021, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

2. Base de Preparação

2.1 Apresentação das Informações

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

b) Pandemia da COVID-19

A administração da Companhia segue acompanhando a evolução do cenário da pandemia da COVID-19 e avaliando os possíveis impactos nos resultados operacionais, econômicos e financeiros futuros da Companhia.

Nos anos de 2021 e 2020, a Companhia não sofreu interrupções ou reduções significativas de suas atividades operacionais em função da pandemia e não vislumbra, nesse momento, impactos significativos em sua operação que possam refletir em seus resultados econômicos e financeiros futuros.

Na qualidade de concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas a Companhia tem adotou todas as medidas necessárias para garantir não só a segurança dos seus colaboradores, mas também de suas respectivas famílias e comunidades, e ainda tem atuado de forma a garantir a continuidade de sua operação ferroviária.

Em linha com a informação acima, a Companhia ressalta que encerrou o ano de 2021 com 170,0 milhões de toneladas transportadas, apresentando um aumento de 6,4% em relação ao ano anterior e uma receita líquida 22,8% melhor em relação ao ano de 2020.

A seguir apresentamos algumas análises e medidas adotadas pela Companhia visando o seu equilíbrio econômico e financeiro diante dos resultados apresentados no ano de 2021 e de enfrentamento para possíveis impactos da pandemia:

- **Importação de materiais:** o volume de materiais importados na MRS para manutenção de ativos não é relevante perto do total de insumos da Companhia. De toda forma, tem sido notado impactos pela falta tanto de transporte marítimo, quanto aéreo e mais recentemente, em função da retomada da economia, falta de *containers*, o que mantém a baixa aderência nas entregas de alguns materiais. Mantida a mesma política de atuar preventivamente adiantando parte dos pedidos para garantir aos fornecedores continuidade de suas operações e, consequentemente, não impactar o transporte ferroviário.
- **Materiais nacionais:** com nova onda de contaminação por COVID, provocada pela subvariante omicron, o que temos observado é que o absenteísmo das empresas tem aumentado bastante, reduzindo a capacidade produtiva dos fornecedores, com reflexos na disponibilidade de matéria prima no mercado, e consequentemente nas entregas dos produtos acabados, além de pressionar os preços dos produtos. Estamos em constante monitoramento dos fornecedores, realizando diligenciamento preventivo, pesquisa de avaliação e situação mercadológica. Em casos em que detectamos riscos, as ações estão sendo tomadas no sentido de realizar antecipações de compras, objetivando deixar os estoques abastecidos, além de proporcionar melhor poder de negociação de preços para área de compras.
- **PCE (Perda de Crédito Esperada) Contas a Receber de Clientes e Outras Contas a Receber:** em 2021 observamos um aumento de 37% em relação ao ano de 2020 na perda estimada das outras contas a receber. Esse aumento se deve à atualização do valor de alguns clientes que se encontram em processo judicial. Vale lembrar as medidas adotadas durante a pandemia com relação à política temporária de aumento do prazo de recebimento para os clientes mais afetados pela crise, como o segmento de siderurgia e construção civil, já foram normalizadas, não gerando impacto nos prazos de recebimento atuais. Até o final de 2020 tal medida já tinha sido normalizada a períodos pré-pandemia e a partir do 3º trimestre de 2020 os prazos de pagamento também voltaram ao normal.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a mesma está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

Não ocorreram novas normas contábeis em 2021 que afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, publicadas na Imprensa Oficial em 25 de março de 2021, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

4.3 Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa.

Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade

e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata alguns instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

Ao implementar o modelo de *hedge accounting* a Companhia documentou o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

A Companhia designou determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* são apresentados na nota explicativa 24.

4.4 Impairment de ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Os recebíveis comerciais são agrupados em seis categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como segue:

- Aluguel para pessoa física: todos os documentos faturados referentes aos contratos de locação para pessoa física são provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência.
- Processo judicial: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente são provisionados como perda, em virtude do grande nível de incerteza.
- Frete: a provisão de perda de créditos esperada para os clientes de frete ferroviário (exceto partes relacionadas) é calculada considerando o percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.
- Outras contas a receber: a provisão de perda de créditos das outras contas a receber que não se referem a frete ferroviário é calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.
- Partes relacionadas: tendo em vista que, possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e historicamente não ter havido perda financeira com as empresas envolvidas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo.
- Partilha de frete: a provisão de partilha de frete é determinada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise.

4.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

Os valores a receber a longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. O ajuste a valor presente

tem como contrapartida a conta de juros a apropriar, redutora da conta de clientes, e sua realização é registrada como receita financeira de acordo com o prazo contratual.

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 10,29% a.a. e 15,91% a.a.

4.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede aos valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico

futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de Concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Os terrenos não são depreciados.

Revisão de vida útil:

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Em 2021, foi realizada a revisão e não foi identificada a necessidade de alteração de vida útil dos ativos da Companhia.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos vigentes no ano de 2021 são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17

Outros

Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada a metodologia da rentabilidade futura para o ativo individual. Quando não for possível estimar o valor para o ativo individual determina-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Assim determina-se o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso.

4.10 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

4.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de

15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.13 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas

atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo – remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável.

4.14 Arrendamentos/Direito de Uso

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental construída pela Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios:

- (i) Arrendamento com o Poder Concedente: 8,47% ao ano. Foi obtida considerando a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia;
- (ii) Contrato de locação de imóveis: 7,89% ao ano. Taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia;

- (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: 8,88% e 6,44% ao ano. Taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco).

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e;
- (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, foi registrado o contrato de arrendamento dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga, vinculado ao contrato de concessão.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e amortizado com os devidos recebimentos.

A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal.

**4.15 Concessões**

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente do contrato de concessão. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia foram registrados no ativo intangível e são alocados linearmente no resultado como custo dos serviços prestados no decorrer do prazo do contrato.

4.16 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

4.17 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receitas:

• Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

• Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

• Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas na medida em que há um direito contratual, há o cumprimento da obrigação de desempenho, for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

4.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas, na preparação das demonstrações contábeis, que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Se o valor contábil do ativo intangível ou imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 e 2023.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Contratos de Seguro: IFRS 17
- Classificação de Passivos como circulante ou não circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (Alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*: IFRS 10 e IAS 28 (alterações)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	5.064	7.814
	5.064	7.814
Aplicações financeiras no país		
CDB	1.831.548	1.198.670
	1.831.548	1.198.670
	1.836.612	1.206.484

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 36 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 101,5% e 107,0% (85,0% e 112,0% em 31 de dezembro de 2020).

O incremento de R\$630.128 no saldo de caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações no segundo semestre de 2021, decorrente principalmente pela 10ª emissão de debêntures.

A classificação de risco das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 24.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, aluguéis e manutenção em material rodante e via permanente.

As contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

	Contas a receber	
	2021	2020
Vale S.A.	(a) 378.956	391.010
CSN Mineração S.A.	(b) 108.874	140.551
Mineração Usiminas S.A.	(c) 96.408	81.325
Companhia Siderúrgica Nacional	(d) 39.013	19.984
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	2.754	3.266
Gerdaus Açominas S.A.	3.946	2.030
Ferrovia Centro Atlântica	5.492	3.329
Gerdaus Aços Longos S.A.	1.175	675
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	490	979
CSN Cimentos S.A.	(e) 373	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	248	-
Sepetiba Tecon S.A.	165	-
Ternium Brasil Ltda.	-	32
Gerdaus S.A.	144	22
Confab Industrial S.A.	-	-
	638.038	643.203
Circulante	390.572	358.461
Não Circulante	247.466	284.742

(a) Em dezembro de 2020, foi firmado o quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353.539 por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original. O valor foi dividido em 3 parcelas, sendo R\$239.085 em 2021, R\$44.397 em 2022 e R\$106.091 em 2023. O valor de R\$239.085 foi recebido em janeiro de 2021 e o valor de R\$44.397 foi recebido em janeiro de 2022. O valor presente do fluxo de pagamentos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$44.397 no circulante e de R\$96.194 registrado no não circulante. Houve, em dezembro de 2021, provisionamento de mecanismo de proteção no montante de R\$211.567.

(b) Em fevereiro de 2021, a Companhia recebeu a 3^a parcela do aditivo contratual firmado em 1º de novembro de 2018 entre MRS e CSN Mineração conforme mencionado na nota explicativa 10 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$23.547. Em fevereiro de 2022, a Companhia recebeu a 4^a parcela do aditivo contratual no valor de R\$23.547. A redução também pode ser explicada pelo recebimento do mecanismo de proteção

reconhecido em dezembro de 2020 e recebido no segundo trimestre de 2021 no valor de R\$ 32.170. Em dezembro de 2021 foi provisionado o valor de R\$4.484 referente mecanismo de proteção.

- (c) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546, vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$91.448 em 31 de dezembro de 2021 registrado no não circulante.
- (d) O aumento ocasionado no Contas a receber pode ser justificado pela provisão de mecanismo de proteção, ocorrido em dezembro de 2021, no valor de R\$12.590.
- (e) Em 31 de janeiro de 2021, ocorreu *dropdown* do segmento de cimentos da Companhia Siderúrgica Nacional. Em virtude disso, foi feito um contrato com a nova empresa para o transporte exclusivo de cimento. Dessa forma, a Companhia passou a faturar para CSN Cimentos S.A.

A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos.

Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 13 dias.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Passivo

	Contas a pagar / outras obrigações passivas		Adiantamentos		Dividendos a pagar	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vale S.A.						
(f)	96.194	148.019	-	-	17.364	10.680
CSN Mineração S.A.	51.288	64.110	346	1	31.387	19.304
Mitsui & Co. Ltda.	90.937	54.529	-	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica	13.896	15.197	102	675	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	2.188	1	-	-	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	2.102	2.125	4	-	31.369	19.293
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	-	-	55.856	34.354
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	-	-	17.726	10.902
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	-	-	-	-	444	273
<i>Railvest Investments Inc</i>	-	-	-	-	6.899	4.243
Gerdau S.A.	-	-	-	-	2.087	1.283
SepetibaTecon S.A.	18	2	-	-	-	-
VLI Multimodal S/A	-	-	192	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3.215	2.039
	256.623	283.983	644	676	166.347	102.371
Circulante	113.847	126.751	644	676	166.347	102.371
Não Circulante	142.776	157.232	-	-	-	-

- (f) A redução de R\$51.826 deve-se basicamente ao pagamento, no 1º semestre de 2021 do valor de R\$20.545, referente ao mecanismo de proteção que foi provisionado em dezembro de 2020. O valor de R\$96.193 registrado no passivo não circulante refere-se à obrigação contratual decorrente do quarto termo aditivo mencionado na letra a) desta nota.
- (g) O aumento de R\$36.408 no ano de 2021 é decorrente da compra de trilhos, com pagamento previsto para março de 2022.

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

	Receita de serviços		Outras receitas		Receitas Financeiras	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vale S.A.	1.519.354	1.209.596	172.991	239.160	15.041	420
CSN Mineração S.A.	754.339	639.027	8.511	44.979	10.916	10.805
Companhia Siderúrgica Nacional	434.989	358.857	7.033	12.129	1.253	907
Mineração Usiminas S.A.	217.506	174.204	-	-	11.321	16.129
Gerdau Açominas S.A.	171.136	111.097	5.486	43	4	1
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	159.346	104.672	104	-	166	2
Ferrovia Centro Atlântica	62.887	66.566	3.808	4.062	7	-
Gerdau Aços Longos S.A.	27.587	17.921	28.619	12.337	-	1
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A	26.858	23.153	2.951	3.698	15	1
CSN Cimentos S.A.	(h) 22.440	-	3.128	-	1	-
Ternium Brasil Ltda.		2.057	610	1.628	-	27
Confab Industrial S.A.	2.197	2.289	-	-	6	2
Gerdau S.A.	964	1.180	1.934	604	13	33
Mitsui & Co. Ltda.	-	-	-	-	7.858	6.701
Usiminas Mecânica S.A.	-	-	-	3.150	-	-
Sepetiba Tecon S.A.	-	-	210	-	-	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	-	-	618	-	-	-
	3.401.660	2.709.172	237.021	320.162	46.628	35.003

(h)Vide comentário letra (d) desta nota.



Outras despesas operacionais/financeiras		
	2021	2020
Gerdau Aços Longos S.A.	(i) 17.106	6.137
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	14.739	12.998
Mitsui & Co. Ltda.	4.783	7.694
Sepetiba Tecon S.A.	(j) 3.615	1.876
Gerdau Açominas S.A.	1.006	-
CSN Mineração S.A.	105	-
Vale S/A	32	117
Confab Industrial S.A.	-	3
Ternium do Brasil Ltda.	-	1
	41.386	28.826

- (i) O aumento de R\$10.969 se deve a compra de materiais de manutenção para atendimento das atividades operacionais da Companhia.
- (j) Os valores de R\$3.615 no ano de 2021 e R\$1.876 em 2020, referem-se às despesas de armazenagem e portuárias da importação de trilhos.

Pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu presidente e diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

Resultado		
	2021	2020
Benefícios de curto prazo	14.822	15.370
Benefícios pós emprego	318	338
Outros benefícios de longo prazo	9.507	11.226
	24.647	26.934

Os benefícios do pessoal chave da administração incluem remuneração fixa, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.



9. Contas a receber de clientes

		2021	2020
Contas a receber de partes relacionadas	8	638.038	643.203
Clientes no país	(a)	34.748	25.149
Perdas de créditos esperadas	(b)	(2.389)	(1.107)
		670.397	667.245
Circulante		422.931	382.503
Não circulante		247.466	284.742

- (a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber, de clientes que não são partes relacionadas.
- (b) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

10. Outras contas a receber

		2021	2020
Valores a receber subarrendamento	(a)	28.781	29.218
Valores a receber concessão e arrendamento	(b)	-	6.188
Valores a receber - outras vendas	(c)	8.115	5.221
Demais contas a receber		6.535	2.414
Perdas de crédito esperadas	(d)	(4.136)	(3.959)
		39.295	39.082
Circulante		16.249	8.740
Não Circulante		23.046	30.342

- (a) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificado como Ativo de Direito de Uso.

A movimentação dos subarrendamentos no período foi como segue:

	2021	2020
Subarrendamento		
Em 1º de janeiro	36.511	46.321
Adições a contratos	2.691	1.301
Reajustes	3.046	2.180
Desreconhecimento de contratos (*)	(91)	(6.752)
Amortizações	(7.275)	(6.539)
Em 31 de dezembro	34.882	36.511
Juros a transcorrer		
Em 1º de janeiro	(7.293)	(10.973)
Adições a contratos	(517)	(212)
Reajustes	(587)	(445)
Desreconhecimento de contratos (*)	18	2.131
Juros transcorridos	2.278	2.206
Em 31 de dezembro	(6.101)	(7.293)
Saldo líquido	28.781	29.218

(*) O desreconhecimento de contratos deve-se, substancialmente, aos distratos ocorridos no período.

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos, desconsiderando os juros a transcorrer, é como segue:

	2022	Em até 5 anos	Total
Subarrendamento	7.666	27.216	34.882

(b) O valor a receber de R\$6.188 em 2020 refere-se ao saldo remanescente de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante e que correspondia ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

Em 15 de janeiro de 2021, após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

(c) Os valores a receber de outras vendas são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.

(d) O valor provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações contábeis.

11. Estoques

		2021	2020
Materiais de manutenção	(a)	177.558	115.473
Combustíveis		10.027	7.777
Materiais em processo de recuperação		9.414	8.186
Importações em andamento		136	243
Outros		18.222	10.495
Provisão para perdas	(b)	<u>(12.517)</u>	<u>(9.821)</u>
		<u>202.840</u>	<u>132.353</u>

O aumento no período é decorrente do forte aumento de preços do mercado de aço, importados e eletrônicos, aliado às estratégias da Companhia ao enfrentamento da pandemia, realizando compras antecipadas para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais.

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se à provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

12. Tributos a recuperar

		2021	2020
PIS/COFINS a compensar	(a)	337.972	-
PIS/COFINS a recuperar	(b)	135.507	50.379
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(c)	125.171	58.933
Imposto de renda	(d)	60.945	57.360
INSS a recuperar	(e)	-	5.386
Outros		<u>201</u>	<u>221</u>
		<u>659.796</u>	<u>172.279</u>
Circulante		109.509	63.638
Não circulante		550.287	108.641

- (a) Em decorrência da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017, a Companhia calculou, com base em sua melhor estimativa, o ganho de R\$337.972, o qual foi devidamente provisionado em outras receitas operacionais e financeira no 2º semestre de 2021.

- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo. O aumento é decorrente do fim do REPORTO Federal e, desta forma, a Companhia passou a ter o crédito de PIS/COFINS sobre os itens de ativo que antes estavam desonerados pelo benefício fiscal.
- (c) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos. O aumento no período é decorrente da compra de vagões com direito ao crédito de ICMS no estado de São Paulo. Até 31 de dezembro de 2020 as compras de vagões eram amparadas pela isenção do ICMS (Benefício do Reporto), porém, como não houve a renovação deste benefício em 2021, tais compras passaram a ter a incidência do ICMS provocando o aumento do saldo credor no ano de 2021.
- (d) Do total de R\$60.945 em 2021, R\$24.717 é decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0006873-32.2009.4.02.5101, que reconheceu o direito à dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) sem as limitações impostas pela Portaria Interministerial nº 326, Instrução Normativa nº 267/02 e outras normas infra-legais. O restante do valor, R\$36.228, refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos – *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.
- (e) O saldo em 31 de dezembro de 2020, refere-se a créditos tributários a recuperar de Contribuição Previdenciária (parte empresa) decorrente de decisão judicial favorável definitiva no processo nº 0092045-52.2014.4.01.3400, que afastou a exigência dessa contribuição sobre os valores pagos às cooperativas. Em junho de 2021, foi realizada a compensação total do saldo.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	-	12.668
ICMS - SP	14.632	17.061
Total circulante	14.632	29.729

13. Tributos diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Provisão contingências	227.590	201.508
Provisões diversas	96.256	105.290
Provisão perda ativos	39.826	14.156
Provisão plano de saúde	2.372	1.357
Outros	51	61
Total ativo	366.095	322.372
Passivo		
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS (a)	(112.502)	-
Amortização ajustes RTT	(99.823)	(120.057)
Depreciação	(35.239)	(54.068)
Instrumentos financeiros derivativos – swap (f)	(25.929)	(52.369)
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	(19.276)	(33.064)
Capitalização de juros	(105)	(105)
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	(1.013)	(1.921)
Total passivo	(293.887)	(261.584)
Total líquido	72.208	60.788

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O valor de R\$366.095 (R\$322.372 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e o mesmo demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2021.

O valor de R\$293.887 (R\$261.584 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao passivo diferido o qual contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT –

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14. O valor amortizado em 2021 foi de R\$20.234 (R\$20.162 em 2020), perfazendo um saldo de R\$99.823 em 31 de dezembro de 2021 (R\$120.057 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2021	2020
Em 1º Janeiro	60.788	(63.615)
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	(112.502)	-
Depreciação	18.829	60.080
Provisões diversas	(9.034)	25.074
Provisão contingências	26.082	20.996
Amortização ajustes RTT	20.234	20.162
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	13.788	19.892
Provisão perda ativos	25.670	5.692
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	26.440	(22.702)
Provisão perda ICMS	-	(5.814)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	908	909
Provisão plano de saúde	1.015	53
Outros	(10)	61
No final do período/exercício	72.208	60.788

Posições fiscais incertas

A Companhia tem conhecimento do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 em setembro de 2021, pela sistemática da repercussão geral, no qual o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Apesar da conclusão do Supremo Tribunal Federal ter sido favorável aos contribuintes, está pendente de modulação de seus efeitos, nos termos dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional, objetivando que a decisão produza efeitos somente após finalizado o julgamento do RE de maneira que a proclamação de inconstitucionalidade não venha a alcançar os fatos geradores anteriores.

A MRS ajuizou ação para discutir o tema e aguarda julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional em sede de apelação, requerendo o sobrerestamento do processo até o julgamento final do *leading case*. Os assessores jurídicos externos da Companhia mantêm como provável o ganho quanto ao mérito da discussão e possível em relação à repetição de indébito. A Companhia não registrou nenhum ganho nas demonstrações contábeis referente ao exercício de 2021.

PIS - COFINS

	2021	2020
Em 1º Janeiro	-	-
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	(a)	(7.084)
No final do período	(7.084)	-

(a) Efeitos tributários decorrentes do reconhecimento da receita de crédito tributário PIS e COFINS (vide nota 12, letra a).

14. Despesas antecipadas

	2021	2020
Seguros	(a)	12.661
Despesas antecipadas com pessoal	16.704	8.669
Despesas antecipadas com serviços	5.230	3.767
	34.595	18.061
 Circulante	 32.672	 16.767
Não circulante	1.923	1.294

a) (a) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. Os valores em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se ao saldo ainda não amortizado. A variação no período trata-se da contratação da apólice de seguros com cobertura a riscos operacionais e responsabilidade civil. A vigência e cobertura das apólices de seguros contratadas pela Companhia estão discriminadas na nota explicativa 37.

15. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2021	2020
Depósitos judiciais	(a)	121.841	124.637
Adiantamentos a fornecedores	(b)	33.311	17.684
Adiantamentos a funcionários	(c)	10.700	9.628
Outros		7	7
		<u>165.859</u>	<u>151.956</u>
Circulante		44.012	27.312
Não circulante		121.847	124.644

(a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na nota explicativa 27.1.

(b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.

(c) Correspondem aos adiantamentos concedidos a funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.



16. Imobilizado

16.1 Imobilizado em operação e em curso

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2021					2020		
	Imobilizado em operação					Imobilizado em andamento	Total	Total
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Outros	Total			
Custo								
Em 1º de janeiro	5.390.612	3.070.491	2.761.677	625.588	11.848.368	801.335	12.649.703	11.772.285
Adições	-	-	-	-	-	1.765.340	1.765.340	964.962
Transferências	482.458	521.659	530.031	47.783	1.581.931	(1.581.931)	-	-
Reversão (provisão) baixa	(53.274)	(1.320)	(17.981)	-	(72.575)	-	(72.575)	(11.152)
Baixas	(33)	(9.277)	(57.707)	(14.398)	(81.415)	(9.943)	(91.358)	(76.392)
Em 31 de dezembro	5.819.763	3.581.553	3.216.020	658.973	13.276.309	974.801	14.251.110	12.649.703
Depreciação								
Em 1º de janeiro	(2.598.137)	(1.688.341)	(1.335.725)	(459.909)	(6.082.112)	-	(6.082.112)	(5.354.722)
Adições	(350.635)	(190.735)	(117.365)	(41.722)	(700.457)	-	(700.457)	(762.429)
Baixas	10	4.562	32.393	12.850	49.815	-	49.815	35.039
Em 31 de dezembro	(2.948.762)	(1.874.514)	(1.420.697)	(488.781)	(6.732.754)	-	(6.732.754)	(6.082.112)
Valor residual líquido								
Em 31 de dezembro	2.871.001	1.707.039	1.795.323	170.192	6.543.555	974.801	7.518.356	6.567.591

A movimentação do imobilizado de 2020 encontra-se publicada na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis de 2020.

**Reversão (provisão) para baixa de ativos****Benfeitorias em Imóveis de Terceiros**

Do valor de R\$53.264, R\$51.554 refere-se à constituição de provisão para redução ao valor recuperável de determinados trechos da via permanente que serão submetidos a grandes intervenções, com a substituição completa de alguns componentes. O valor provisionado corresponde ao valor residual desses componentes projetado para a data de finalização do projeto de renovação dos trechos da via permanente.

Locomotivas e Vagões

Os valores de R\$1.320 e R\$17.981 referem-se à constituição de provisão para corte de locomotivas e vagões.

Baixas**Locomotivas e Vagões**

Os valores líquidos de R\$4.715 e R\$25.314 apresentados nos grupos de locomotivas e vagões respectivamente, são decorrentes, principalmente, das baixas dos vagões inutilizados no ano de 2021 e das baixas dos componentes para locomotivas e vagões.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização.

A baixa do imobilizado em andamento em contrapartida ao resultado de 2021 no valor de R\$9.943, refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras que devido a decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi R\$140 (R\$691 em 31 de dezembro de 2020). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 8,33% ao ano (5,56% no ano de 2020), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Na última revisão, não foi identificada a necessidade de alteração de vida útil de nenhum ativo.



16.2 Direito de uso em arrendamento

A movimentação e saldo dos ativos de Direito de Uso está demonstrada abaixo:

	2021					2020	
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Custo direito de uso							
Reconhecimento inicial	2.385.361	30.740	7.254	36.568	1.178	2.461.101	2.125.641
Subarrendamento	(4.561)	-	-	-	-	(4.561)	1.799
Adições	-	2.373	23.607	-	2.311	28.291	16.877
Remensuração por atualização monetária	416.025	-	71	-	-	416.096	316.784
Em 31 de dezembro	2.796.825	33.113	30.932	36.568	3.480	2.900.927	2.461.101
Depreciação direito de uso							
Reconhecimento inicial	(519.324)	(15.082)	(2.818)	(16.741)	(639)	(554.604)	(273.023)
Adições	(332.539)	(7.532)	(2.818)	(7.290)	(897)	(351.076)	(281.581)
Em 31 de dezembro	(851.863)	(22.614)	(5.636)	(24.031)	(1.536)	(905.680)	(554.604)
Saldo no final do período/exercício	1.944.962	10.499	25.296	12.537	1.953	1.995.247	1.906.497

A movimentação do direito de uso em arrendamento de 2020 encontra-se publicada na nota explicativa 17.2 das demonstrações contábeis de 2020.

17. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

- a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e *software*

	2021			2020
	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo				
Em 1º de janeiro	224.888	33.110	257.998	232.313
Adições	-	43.503	43.503	25.752
Transferências	3.020	(3.020)	-	-
Baixas	(173)	-	(173)	(67)
Em 31 de dezembro	227.735	73.593	301.328	257.998
Amortização				
Em 1º de janeiro	(203.570)	-	(203.570)	(194.808)
Adições	(8.031)	-	(8.031)	(8.804)
Baixas	173	-	173	42
Em 31 de dezembro	(211.428)	-	(211.428)	(203.570)
Total	16.307	73.593	89.900	54.428

A movimentação do intangível de 2020 encontra-se publicada na nota explicativa 18 das demonstrações contábeis de 2020.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

- b) Adiantamento concessão

O ativo intangível também é composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R\$10.635 em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.268 em 2020).

18. Fornecedores

		2021	2020
Valores a pagar a partes relacionadas	8	109.141	92.400
Em moeda nacional	(a)	416.475	268.252
Em moeda estrangeira	(b)	1.358	10.354
		<u>526.974</u>	<u>371.006</u>
Circulante		487.525	331.614
Não circulante		39.449	39.392

(a) Refere-se a aquisições de ativos, considerando basicamente, locomotivas e obras de infraestrutura. A maior parte da variação refere-se a compra de vagões GDT e locomotivas.

(b) Refere-se a adiantamento para aquisição de trilhos no último trimestre de 2020 que chegaram no 1º trimestre de 2021.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

		2021	2020
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	(a)	82.289	64.489
Salários a pagar		45.886	27.196
Provisão para férias e 13º salário		36.988	33.599
INSS		21.447	19.196
FGTS		7.142	6.599
IRRF a pagar		5.670	4.926
Outros		8.992	8.074
		<u>208.414</u>	<u>164.079</u>

(a) O PPR/Bônus provisionados no exercício de 2021, serão pagos no primeiro trimestre de 2022.

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2021	2020
Imposto de renda	155.116	159.793
Contribuição Social	33.353	47.472
	188.469	207.265

21. Outras obrigações fiscais

	2021	2020
ICMS	35.932	21.056
ISS	4.707	2.844
INSS retido terceiros	3.884	3.865
COFINS (*)	368	13.614
PIS (*)	31	3.235
Outros	5.772	5.741
	50.694	50.355

(*) A redução do saldo deve-se, basicamente, ao pagamento destes tributos decorrentes do reconhecimento do valor de indenização mencionado na nota explicativa 8(a) destas demonstrações contábeis.

22. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2021	2020
<u>Moeda nacional</u>			
FINEM - BNDES	(a)	336.288	395.840
FINAME e BNDES automático	(b)	3.009	8.964
Banco Safra	(c)	50.518	50.184
Banco Sumitomo	(d)	-	102.464
		<u>389.815</u>	<u>557.452</u>
Custos da transação		<u>(1.070)</u>	<u>(1.489)</u>
		<u>388.745</u>	<u>555.963</u>
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco MUFG	(e)	402.367	653.077
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco MUFG		<u>7.320</u>	<u>2.696</u>
		<u>409.687</u>	<u>655.773</u>
Custos da transação		<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
		<u>409.682</u>	<u>655.767</u>
<u>Debêntures</u>			
7ª Emissão		599.090	777.731
8ª Emissão		170.560	337.884
9ª Emissão		723.078	677.114
10ª Emissão		1.570.557	-
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - 10ª Emissão		<u>(4.853)</u>	<u>-</u>
		<u>3.058.432</u>	<u>1.792.729</u>
Custos da transação		<u>(43.308)</u>	<u>(16.451)</u>
		<u>3.015.124</u>	<u>1.776.278</u>
<u>Notas Promissórias</u>			
Notas Promissórias	(g)	<u>508.652</u>	<u>-</u>
Custos da transação		<u>(805)</u>	<u>-</u>
		<u>507.847</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		<u>4.321.398</u>	<u>2.988.008</u>
Circulante		770.112	831.632
Não Circulante		3.551.286	2.156.376

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam à redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. Essas operações têm como garantia recebível de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Ao final de 2021, ocorreu a captação no montante de R\$61.930, com vencimento programado para julho de 2035, a uma taxa de 11,38% a.a.

O saldo devedor desta modalidade, apesar da captação ocorrida, apresenta-se menor em 2021 comparado com 2020 porque no último trimestre de 2020 a MRS optou em antecipar amortização no total de R\$81.810 de contratos que apresentavam maiores taxas de financiamentos.

(b) O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal iguais à taxa efetiva. Os FINAME's tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas, enquanto a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,70% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Ao longo de 2021 não ocorreram captações dessas modalidades de crédito.

(c) O financiamento junto ao Banco Safra refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$50.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 3 anos, a um custo de CDI+2,75% a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação é suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo.

(d) O financiamento junto ao Banco Sumitomo refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R\$100.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de CDI+2,40% a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação foi suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo. Em outubro de 2021, antecipamos a amortização desse empréstimo no valor de R\$107.049.

(e) Os financiamentos junto ao Banco MUFG possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía três (3) captações ativas, sendo a primeira contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano, no primeiro ano e de 4,59% ao ano para os demais, a segunda operação, contratada em junho de 2020 com prazo de vencimento de 2 anos, a uma taxa de 1,25% a.a., no montante de R\$50.000. E, por fim, a terceira operação, com prazo de vencimento de 3 anos, a uma taxa de 1,39% a.a., no montante de R\$150.000.

As captações em moeda estrangeira tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos. Para todas as captações em moeda estrangeira foram contratadas operações de *hedge* visando

proteção cambial.

Em junho e 2021 ocorreu a amortização integral no valor de R\$150.000, referente ao empréstimo ocorrido em junho de 2020, em Iene. Em novembro de 2021 correu amortização parcial da operação firmada em 2018, no montante de 1/3 do total, US\$16.666, correspondendo a R\$93.068, na data da amortização.

(f) Debêntures:

- *7^a Emissão*

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1^a série da emissão e R\$214.386 relativos à 2^a série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6^º e 7^º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8^º, 9^º e 10^º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. O pagamento dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7^a emissão de debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das debêntures, pela renúncia da hipótese das debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (flat), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as debêntures da 1^a Série e 5,35% para as debêntures da 2^a Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

- *8^a Emissão*

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2^a e 3^a, totalizando uma captação de R\$400.000, sendo R\$217.960 alocados na 2^a série e R\$182.040 na 3^a série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2^a e 3^a séries, com o cancelamento da 1^a série.

A 2^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4^º e 5^º ano.

A 3^a série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6^a emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6^a emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8^a emissão | 3^a série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3^a série da 8^a emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3^º, 4^º e 5^º ano.

Os recursos líquidos, obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em dezembro de 2021 ocorreu a amortização de 50% das 2^a e 3^a séries.

• 9^a Emissão

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1^a e 2^a, totalizando uma captação de R\$650.000 mil, sendo R\$367.150 alocados na 1^a série e R\$282.850 na 2^a série.

A 1^a série foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2^a série foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4^º e 5^º anos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

• 10^a Emissão

Entre agosto e setembro de 2021, a Companhia realizou sua 10^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 150.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1^º, 2^a e 3^a, totalizando uma captação no montante de R\$1.500.000, sendo R\$700.000 alocados na 1^a série, R\$300.000 alocados na 2^a série e R\$500.000 na 3^a série. A 1^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 100,00% do CDI+1,30% ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 5^º ano. A 2^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 4,97% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 8^º, 9^º e 10^º ano. A 3^a série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 5,06% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização no 13^º, 14^º e 15^º ano. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

(g) Em outubro de 2021 a Companhia realizou sua 1^a emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 566 e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476 no valor de R\$500.000, com prazo para amortização de 5 anos e vencimento único em 22 de outubro de 2026, a uma taxa de CDI + 1,30% a.a.. Os recursos obtidos serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida e não contarão com qualquer espécie de garantia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2023	2024	2025	Após 2025	Total
FINEM	29.223	29.438	29.240	154.741	242.642
FINAME	255	-	-	-	255
Banco Safra	50.000	-	-	-	50.000
Banco MUFG	254.776	-	-	-	254.776
Debêntures	253.516	688.923	112.091	1.489.814	2.544.344
Nota Promissória	-	-	-	500.000	500.000
	587.770	718.361	141.331	2.144.555	3.592.017

Em 31 de dezembro 2021, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo					Longo prazo		Total
	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total	CP + LP	
FINEM	297	163	113	106	390	772	1.069	
Banco MUFG	2	3	-	-	-	3	5	
Debêntures	4.149	3.262	5.411	513	29.974	39.160	43.309	
Notas Promissórias	9	8	9	9	770	796	805	
	4.457	3.436	5.533	628	31.134	40.731	45.188	



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2021	2020
FINEM		11.692
(-) custos de captações		75
% custos/Valor captação		0,64%
 Banco SAFRA		50.000
(-) custos de captações		184
% custos/Valor captação		0,37%
 Banco MUFG		350.000
(-) custos de captações		11.466
% custos/Valor captação		3,28%
 Debêntures 10 ^a emissão	1.500.000	
(-) custos de captações	31.631	
% custos/Valor captação	2,04%	
 Notas promissórias	500.000	
(-) custos de captações	805	
% custos/Valor captação	0,16%	

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2021. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2021. As debêntures da 7^a emissão possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8^a, 9^a e 10^a emissão não possuem cláusulas de manutenção de rating mínimo de classificação de risco.

23. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis referentes aos direitos de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza em:

Bens vinculados à concessão: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Máquinas e equipamentos, veículos: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, veículos e demais.



Imóveis: locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros.

Equipamentos de informática: equipamentos de informática, eletrônicos e *software*.

Outros: container e outros.



A movimentação e saldo dos arrendamentos mercantis estão demonstrados a seguir:

	2021				2020	
	Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total
Arrendamento a pagar						
Reconhecimento inicial	2.449.612	18.125	6.005	8.292	629	2.482.663
Adições	-	2.753	28.107	-	2.876	33.736
Remensuração por atualização monetária	506.148	-	62	-	15	506.225
Pagamentos	(457.983)	(9.172)	(19.761)	(7.779)	(979)	(495.674)
Em 31 de dezembro	2.497.777	11.706	14.413	513	2.541	2.526.950
Juros a transcorrer						
Reconhecimento inicial	(486.281)	(1.987)	(823)	(525)	(59)	(489.675)
Adições/(Reversões)	-	(380)	(4.560)	-	(294)	(5.234)
Remensuração por atualização monetária	(90.122)	-	(7)	-	(41)	(90.170)
Juros transcorridos	157.618	530	990	513	169	159.820
Em 31 de dezembro	(418.785)	(1.837)	(4.400)	(12)	(225)	(425.259)
Valor líquido no final exercício						
Circulante	373.575	6.626	1.590	402	1.131	383.324
Não Circulante	1.705.416	3.243	8.423	99	1.186	1.718.367
						1.675.075

A movimentação do direito de uso em arrendamento de 2020 encontra-se publicada na nota explicativa 24 das demonstrações contábeis de 2020.

O fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos mercantis é como segue:

	2022	Em até 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	525.847	1.971.929	2.497.776
Veículos	8.609	3.097	11.706
Imóveis	3.246	11.167	14.413
Equipamentos de informática	412	101	513
Outros	1.121	1.421	2.542
	539.235	1.987.715	2.526.950

24. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo das aplicações (Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras) segue a seguinte metodologia: (i) para o cálculo do valor justo, só são consideradas as aplicações cujas taxas contratadas são diferentes a 100% do CDI e (ii) para o cálculo da taxa de desconto, da mensuração do valor justo, é considerada a última taxa de aplicação contratada pela instituição financeira, onde a aplicação está custodiada.

O cálculo do valor justo do Contas a Receber de Clientes utiliza a seguinte técnica de avaliação: (i) para as operações de curto prazo estima-se que o valor justo é substancialmente similar ao seu valor contábil e (ii) para as operações com prazo de recebimento superior a 360 dias é feito o cálculo descontando a inflação e taxa de juros do período.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública e para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de clientes	670.397	673.816	667.245	618.958
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	409.687	410.035	655.773	674.003

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

	2021			2020				
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.836.612	-	1.836.612	-	1.206.484	-	1.206.484
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	709.692	-	-	709.692	706.327	-	-	706.327
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	-	-	146.080	146.080	-	-	143.681	143.681
Total	709.692	1.836.612	146.080	2.692.384	706.327	1.206.484	143.681	2.056.492
Passivos								
Fornecedores	526.974	-	-	526.974	371.006	-	-	371.006
Empréstimos e financiamentos em R\$	389.815	-	-	389.815	557.452	-	-	557.452
Empréstimos e financiamentos em USD	402.367	-	-	402.367	653.077	-	-	653.077
Debêntures	3.063.285	-	-	3.063.285	1.792.729	-	-	1.792.729
Notas promissórias	508.652			508.652				
Ajuste Hedge e de Valor Justo - 10 ^a emissão debêntures	-	-	(4.853)	(4.853)	-	-	-	-
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	-	-	85.324	85.324	-	-	10.570	10.570
Ajuste em Hedge e de Valor Justo - Banco de MUFG	-	-	7.320	7.320	-	-	2.696	2.696
Total	4.891.093	-	87.791	4.978.884	3.374.264	-	13.266	3.387.530

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

A política contábil para registro das operações com instrumentos financeiros derivativos está descrita na nota explicativa 4.3 (v) destas demonstrações.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2021 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$60.756 (R\$133.111 em 31 de dezembro 2020), tiveram suas variações contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge de Valor Justo* após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%.

A partir da designação do *swap* para *Hedge de Valor Justo*, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

Objeto de *Hedge de valor justo*

	2021	2020
Dívida	1.972.924	653.077
Ajuste de <i>Hedge de Valor Justo</i>	2.467	2.696

Impacto no resultado financeiro

	2021	2020
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	12.479	16.370
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	(12.250)	(6.229)
Resultado financeiro líquido (a)	229	10.141



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (a) Para todos os contratos junto ao banco MUFG foram contratadas operações de *hedge accounting*, ocasionando no equilíbrio do resultado financeiro líquido. Para as 2^a e 3^a séries da 10^a emissão de debêntures, também há operações de *hedge accounting*.

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nacional)	Valor justo		
Tipo de contrato	2021	2020	2021	2020
Contratos de swap (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	133.333	206.000	191.452	276.091
Posição passiva				
Real CDI	133.333	206.000	(139.707)	(207.318)
			51.745	68.773
Contratos de swap (Iene fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Iene Fixo	200.000	350.000	218.583	397.912
Posição passiva				
Real CDI	200.000	350.000	(216.210)	(371.388)
			2.373	26.524
Contratos de swap (IPCA para real CDI)				
Posição ativa				
IPCA	800.000	-	855.243	-
Posição passiva				
Real CDI	800.000	-	(881.798)	-
			(26.555)	-
Total dos contratos de swap			27.563	95.297
Provisão de IR sobre ganhos swap			(8.177)	(15.621)
Total dos contratos de swap líquidos de IR			19.386	79.676
<u>Classificados</u>				
No ativo circulante			14.561	26.585
No ativo não circulante			59.467	56.615
No passivo circulante			(54.642)	(3.524)
			19.386	79.676

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de referência (nocial)		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Tipo de contrato				
Contratos de hedge				
Posição ativa				
IPCA (IPCA para CDI)	367.150	367.150	422.238	432.952
Dólar variável para real fixo		23.016	-	23.751
Posição passiva				
CDI (IPCA para CDI)	367.150	367.150	(373.567)	(368.977)
Dólar variável para real fixo		23.016	-	(22.969)
Total dos contratos de hedge			48.671	64.757
Provisão de IR sobre ganhos swap/NDF			(7.301)	(11.322)
Total dos contratos de swap/NDF líquidos de IR			41.370	53.435
Classificados				
No ativo circulante			-	655
No ativo não circulante			72.052	59.826
No passivo circulante			(30.682)	(7.046)
			41.370	53.435

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, iene ou IPCA, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial, ou cupom do IPCA correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo (*swap* cambial) é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Descrição	2021			2020		
	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	333.333	410.035		556.000	674.003	
IPCA	1.167.150	1.277.481	Até ago/36	367.150	432.952	Até abr/24
Posição passiva						
Taxas (pós)	1.500.483	1.611.282		923.150	947.682	
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	-	-		23.016	23.751	jan/21
Posição passiva						
Moeda estrangeira	-	-		23.016	22.969	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo 2021(R\$)	Valor Justo 2021 (R\$)	Resultado Bruto (R\$)
						Ativa	Passiva	Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Banco MUFG	Iene+ 1,42%	CDI+2,40%	09/06/2020	09/06/2022	R\$ 50.000	54.126	52.917	1.209
Banco MUFG	Iene+ 1,58%	CDI+2,75%	09/06/2020	09/06/2023	R\$ 150.000	164.457	163.294	1.163
Banco MUFG	USD+ 4,59%	106%+5% do CDI	27/08/2018	23/08/2023	R\$ 206.000	191.452	139.707	51.745
Banco Itau	IPCA+4,97%	CDI+1,05%	16/08/2021	15/08/2031	R\$ 300.000	320.292	322.390	(2.098)
Banco Itaú	IPCA+5,06%	CDI+1,30%	16/08/2021	15/08/2036	R\$ 500.000	534.952	559.408	(24.456)
Banco Mizuho	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/2019	15/04/2024	R\$ 100.000	115.003	101.747	13.256
Banco JP Morgan	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/2019	15/04/2024	R\$ 267.150	307.234	271.819	35.415
Total						1.687.516	1.611.282	76.234

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$15.478, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$60.756 (R\$ 133.111 em 31 de dezembro de 2020)

Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito.

24.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$60.756 em 31 de dezembro de 2021, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram transferências entre os níveis.

	2021		2020	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	146.080	2	143.681	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(85.324)	2	(10.570)	2

24.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

24.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

24.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, TLP e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade. Essa análise pressupõe cenários razoavelmente possíveis, onde foi considerada a valorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. No cenário I as taxas são aumentadas em 25% e no cenário II em 50% em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2021, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021, além da TJLP e TLP na mesma data.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2021, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda próxima a 4,2% (em 2020 a perda foi próxima de 2,7%) de aumento da posição passiva líquida, aproximadamente, R\$99.485 (R\$29.004 em 31 de dezembro de 2020), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

	2021	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	7,15%	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP	5,57%	4,88%	6,10%	7,32%
TLP	6,76%	6,53%	8,16%	9,80%
IPCA	9,50%	10,06%	12,58%	15,09%
 Passivo	 3.889,70	 4.255,60	 4.347,20	 4.438,90
Dívida em TJLP	4,0	4,2	4,4	4,6
Dívida em TLP	268,1	285,6	290,0	294,4
Dívida em CDI	1.733,80	1.892,50	1.932,10	1.971,80
Dívida em IPCA	1.883,80	2.073,30	2.120,70	2.168,10
 Ativo	 1.831,50	 1.999,10	 2.041,00	 2.082,90
Aplicações	1.831,50	1.999,10	2.041,00	2.082,90
 Posição Líquida Descoberta	 2.058,20	 2.256,40	 2.306,20	 2.355,90

	Valor contábil	
	2021	2020
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	882.880	957.227
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	1.836.612	1.206.484
Passivos financeiros	3.483.705	2.050.494

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano e Iene Japonês, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com variação positiva em 7,43% e -3,89%, respectivamente (29,33% e 35,74% positivas em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2021	2020
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	65.619	35.170
Adiantamento a fornecedores	5.655	27.307
Instrumentos financeiros de <i>swap/NDF</i>	<u>410.035</u>	<u>696.201</u>
	<u>481.309</u>	<u>758.678</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(92.295)	(10.353)
Empréstimos e financiamentos	<u>(409.687)</u>	<u>(655.773)</u>
	<u>(501.982)</u>	<u>(666.126)</u>
Exposição líquida	<u>(20.673)</u>	<u>92.552</u>

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia, considerando cenários razoavelmente possíveis. O primeiro passo foi à identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2021 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021 - divulgada no último Relatório Focus - Bacen. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2021.

Risco de apreciação do Dólar – 2021

Operação	<i>R\$ milhões</i>		
	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	2,479	103,129	206,257
Dívida em US\$	(2,474)	(103,040)	(206,081)
Risco líquido da operação no aumento US\$	0,005	0,089	0,176

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de Swap	191,5	187,0	5,63	5,50	6,88	8,25
Dívida em Dólar	(191,3)	(186,9)	5,63	5,50	6,88	8,25

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

Operação	<i>R\$ milhões</i>		
	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	4,421	46,758	93,516
Dívida em Iene	4,418	(46,730)	(93,460)
Risco líquido da operação no aumento Y\$	(0,003)	0,028	0,056

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de Swap	218,6	225,5	0,05	0,05	0,06	0,08
Dívida em Iene	(218,3)	(225,2)	0,05	0,05	0,06	0,08

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Iene.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia não possui garantias tomadas em relação ao contas a receber.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.836.612	1.206.484
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	709.692	706.327
Instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	60.756	133.111
Total	<u>2.607.060</u>	<u>2.045.922</u>

Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota explicativa 8), representando, em 31 de dezembro de 2021, 89,9% do contas a receber total (91,06% em 31 de dezembro de 2020).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar a suspensão temporária da prestação do serviço.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$1.836.612 (R\$1.206.484 em 31 de dezembro de 2020), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2021
AAA+	134.286
AA+	987.722
A ou A+	714.604
Total	<u>1.836.612</u>

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e, contou ao longo do ano de 2021, com o reforço tanto da geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo, distribuídos no segundo semestre de 2021. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para os próximos anos.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude da posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2021				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	577.424	387.547	779.015	1.057.448	2.927.748
Partes relacionadas	51.282	60.689	119.652	12.822	12.822
Fornecedores	386.499		31.334		
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	(39.845)	(15.440)	(17.654)	(108.368)	168.817

	Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2020				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	410.774	515.746	850.506	877.940	125.983
Partes relacionadas	70.128	45.386	109.263	47.061	12.822
Fornecedores	248.620	346	29.640		
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	19.390	23.441	49.340	67.101	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 22. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	2021	2020
Total do passivo	8.587.269	6.816.894
(-) Caixa e equivalente de caixa	1.836.612	1.206.484
Obrigações líquidas	6.750.657	5.610.410
 Total do patrimônio líquido	 4.847.467	 4.312.819
Relação das obrigações líquidas sobre o capital	1.393	1.301

25. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	699.584	430.282
Apropriação para reserva legal	(34.979)	(21.514)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	664.605	408.768
 Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	 166.151	 102.192
Saldo de dividendos a pagar de exercícios ant	196	179
Total dos dividendos a pagar	166.347	102.371

Em 17 de dezembro de 2021 foram pagos R\$102.167 de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020 (R\$239.094 em 16 de dezembro de 2020, sendo R\$119.547 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$119.547 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, utilizando parte da reserva de lucros retidos no ano anterior).

26. Concessão a pagar

	2021	2020
Concessão a pagar	8.372	7.443
Circulante	5.614	4.706
Não circulante	2.758	2.737

O saldo de concessão a pagar refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O contrato de concessão prevê que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário, a Companhia pagará o total em 117 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2021 restavam 19 parcelas trimestrais de R\$6.969, totalizando o montante de R\$132.406. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10,99% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2021 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão é como segue:

	Em até 12 meses	Em até 5 anos	Total
Concessão a pagar	27.875	104.531	132.406

Em janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pagamento da 99^a parcela da concessão, no montante de R\$6.969.

27. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Provisões para contingências	24.1	669.695
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	24.2	51.833
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		17.802
Provisões para benefícios pós emprego	24.3	7.043
Outras provisões		15.787
	762.160	716.243
 Circulante		21.043
Não circulante		741.117
		53.762
		662.481

27.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2019	319.501	76.137	129.276	1.544	526.458
Adições	51.974	31.689	26.417	-	110.080
Atualizações	35.283	6.151	5.750	301	47.485
Baixas por reversões ou pagamentos	(47.846)	(38.569)	(173)	(109)	(86.697)
Em 31 de dezembro de 2020	358.912	75.408	161.270	1.736	597.326
Adições	37.253	28.435	2.546	166	68.400
Atualizações	57.476	18.037	(248)	(753)	74.512
Baixas por reversões ou pagamentos	(40.110)	(13.757)	(15.817)	(859)	(70.543)
Em 31 de dezembro de 2021	413.531	108.123	147.751	290	669.695

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda se encontram pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

	Quantidade de ações (*)	Valor envolvido	Provisão (**)	Depósitos	Valor líquido
Trabalhistas	(a) 1.754	810.529	413.531	(39.223)	374.308
Cíveis	(b) 1.074	488.894	108.123	(16.303)	91.820
Fiscais	(c) 182	709.532	147.751	(65.462)	82.289
Ambientais	(d) 131	54.965	290	(853)	(563)
Outras	(e) 6	-	-	-	-
	3.147	2.063.920	669.695	(121.841)	547.854

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

(**) Esse montante não inclui as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Trabalhistas

As ações trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$810.529 (R\$692.916 em 31 de dezembro de 2020). As causas com prognóstico de perda provável versam no montante de R\$610.784. Baseada no entendimento de seus consultores

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$413.531 para 906 processos (R\$358.912 em 31 de dezembro de 2020), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

A adição no valor de R\$37.253 deve-se, principalmente, a mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$40.110 e referem-se a pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$199.745 para 848 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.074 ações, em que figura como ré em 949 e como autora/confrontante/interessada em 125.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, contratos de concessão e arrendamento, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e Ações Civis Públicas. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$470.728 (R\$429.392 em 31 de dezembro de 2020). Segundo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$108.122, (R\$75.408 em 31 de dezembro de 2020), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$18.166.

Segundo o entendimento de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui provisão de R\$ 0,05 para esses processos (R\$0,02 em 31 de dezembro de 2020).

Foram adicionadas novas provisões no valor de R\$28.435 decorrente, principalmente, à mudança do critério de provisionamento das contingências cíveis adotadas a partir de dezembro de 2020 conforme mencionado na nota explicativa 28.1, letra b, das demonstrações contábeis de 2020, além de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$13.757, decorrentes da efetivação dos gastos provisionados.

A Companhia é parte em 907 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$353.589 em 31 de dezembro de 2021 (R\$351.943 em 31 de dezembro de 2020) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 182 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 28 ações de recuperação de tributos e 154 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido para as 154 ações era de R\$709.532 (R\$ 786.463 em 31 de dezembro de 2020). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$147.751 (R\$161.270 em 31 de dezembro de 2020), referente a 10 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

- ICMS – Os valores de R\$76.005 e R\$37.934 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R\$759 extintos por compensação.
- Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de “Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários”, no valor de R\$1.726
- Mandado de Segurança PIS COFINS Receitas Financeiras, no valor de R\$31.327.

A Companhia tem 139 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$ 561.781 refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

- Autos de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R\$148.781.
- Auto de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS subvenção no valor de R\$16.062.
- IPTU imunidade recíproca. R\$61.844, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte.
- PIS e COFINS tráfego mútuo: R\$17.806, referem-se à exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária).
- Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos de diversos tributos: R\$39.144.
- Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R\$15.086
- Autuação ICMS RJ exportação - isenção: R\$ 19.207

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 20 processos judiciais e 111 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$54.965 (R\$38.588 em 31 de dezembro de 2020). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$291 referente a 2 processos considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações, permanecendo os demais como perda ‘possível’.

(e) Outras

A Companhia tem 6 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados e vigentes, sendo 2 decorrentes de matéria trabalhista e 4 de matéria cível. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, existem 4 TACs: (i) no município de Guarujá, versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos; (ii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba; (iii) no município de Congonhas, para a construção de 1 viaduto e 2 passarelas no Bairro do Pires; (iv) no município de Resende, para reforma do galpão da Estação Ferroviária de Engenheiro Passos.

27.2 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

O valor de R\$51.833 (R\$49.441 em 2020) registrado no passivo não circulante é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável.

27.3 Provisões para benefícios pós emprego

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6415 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.015 em 2020), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex colaboradores e respectivos cônjuges administrados junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2021, o plano contava com 16.375 vidas na Bradesco Saúde e 654 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.029 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$42.133 em 31 de dezembro de 2021 (R\$36.497 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$7.043 (R\$4.934 em 2020), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2021	2020
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	4.934	6.190
Despesa reconhecida no exercício	484	506
Ganho nas obrigações	(1.236)	(1.762)
Emendas no Plano – Custo do Serviço Passado	2.861	-
Passivo atuarial em 31 de dezembro	7.043	4.934

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2021	2020
Passivo atuarial no início do exercício	4.934	6.190
Custo do serviço corrente	92	83
Juros sobre a obrigação atuarial	392	423
Benefício pago diretamente ao plano	(359)	(349)
(Ganho)/Perda - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	(877)	(1.413)
Emendas no Plano – Custo do Serviço Passado	2.861	-
Passivo atuarial em 31 de dezembro	7.043	4.934

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2022
Custo do serviço corrente	342
Juros sobre as obrigações atuariais	644
Total da despesa a ser reconhecida	986

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Operadora de Saúde Bradesco Saúde:

Taxa de desconto	5,3035% a.a.
Inflação de longo prazo	3,89% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	0,26% a.a ¹
Fator de envelhecimento	N/A
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000 Basic segregada por sexo

¹Informação meramente ilustrativa, visto que os cálculos são elaborados considerando a taxa administrativa, que não é influenciada por essa premissa.

e. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Operadora de Saúde Unimed:

Taxa de desconto	5,3035% a.a.
Inflação de longo prazo	3,89% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	2,13% a.a.
Fator de envelhecimento ²	De 0-18 anos: R\$ 91,36 De 19-23 anos: R\$ 100,51 De 24-28 anos: R\$ 115,58 De 29-33 anos: R\$ 132,92 De 34-38 anos: R\$ 152,86 De 39-43 anos: R\$ 183,44 De 44-48 anos: R\$ 223,79 De 49-53 anos: R\$ 279,74 De 54-58 anos: R\$ 363,67 De 59 anos acima: R\$ 547,33
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000 Basic segregada por sexo

² Custo per capita crescente por faixa etária.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generali Companhia de Seguros. Em 2021, a Companhia contribuiu com R\$900 (R\$874 em 2020) com seguro de vida de seus funcionários.

28. Outras obrigações

	2021	2021
Obrigação contratual com partes relacionadas	8	147.482
Combustível consignado		10.027
Outras obrigações a pagar		4.103
	161.612	191.583
	5.285	
	204.645	
Circulante		25.437
Não circulante		136.175
		55.267
		149.378

29. Patrimônio líquido**(a) *Capital subscrito e integralizado***

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$2.151.539 (R\$2.047.268 em 2020), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia de 2012, o capital autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$2.500.000.

Conforme o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

O Conselho de Administração aprovou a proposta da Companhia e recomendou o aumento do capital social no valor de R\$1.809.492 utilizando o saldo das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, para deliberação pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2021, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, após constituição de R\$34.979 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal passou a ser de R\$377.026 (R\$342.047 em 2020).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$498.454, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Adicionalmente propôs o aumento do capital social utilizando o saldo constituído dessa reserva até 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$498.454 (R\$1.809.492 em 2020).

(e) Dividendo adicional

Não houve declaração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
31 de dezembro de 2020	11.739	(1.998)	9.741
Ganhos	877	338	1.215
31 de dezembro de 2021	12.616	(1.660)	10.956

30. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2021	2020
<u>Numerador</u>		
Lucro líquido do período	699.584	430.282
<u>Denominador</u>		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico diluído por ação ordinária	1,970	1,211
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial - A	2,167	1,333
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	2,167	1,333

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.

31. Receita líquida de serviços

	2021	2020
Receita bruta de serviços	4.788.858	3.890.220
Impostos sobre vendas	(361.473)	(285.255)
Receita líquida de serviços	4.427.385	3.604.965

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.17.

32. Despesas por natureza

	2021	2020
Depreciação e amortização	(1.056.749)	(1.049.931)
Mão de obra e encargos sociais	(699.663)	(605.162)
Combustíveis/lubrificantes	(a) (739.614)	(479.072)
Serviços de terceiros	(330.794)	(291.276)
Insuimos/outros materiais	(227.553)	(176.104)
Partilhas de fretes	(100.279)	(95.393)
Custos acessórios de transporte	(34.952)	(22.654)
Custo da concessão	(25.178)	(21.001)
Despesas com seguro	(13.989)	(12.327)
Custos com acidentes	(9.371)	(21.786)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(6.688)	(10.618)
Honorários da administração	(4.142)	(4.805)
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.460)	(283)
Crédito presumido ICMS MG	83.564	64.238
Outros	(58.806)	(52.193)
	(3.225.674)	(2.778.367)
 Custo dos serviços prestados	 (2.911.307)	 (2.517.730)
Despesas com vendas	(16.061)	(13.440)
Despesas gerais e administrativas	(298.306)	(247.197)
	(3.225.674)	(2.778.367)

(a) O aumento no custo de Combustíveis/lubrificantes em 2021 quando comparado a 2020, refere-se ao acréscimo do preço médio do combustível em função das oscilações do mercado de *commodities* globais.

33. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2021	2020
Outras receitas operacionais			
Receita crédito tributário PIS/COFINS (a)		182.468	-
Receitas de indenização		44.397	239.085
Multas contratuais		145.753	62.371
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		57.098	27.072
Receitas alternativas		24.492	35.217
Reversões para contingências		4.648	-
Seguros		6.608	5.271
Receita na venda de imobilizado		2.588	-
Reversão de provisão para perda de ativos circ. não circulantes		-	11.894
Outras reversões passivas		21.933	517
Outras receitas		10.341	8.393
		500.326	389.820
Outras despesas operacionais			
Valor residual do ativo imobilizado/intangível baixado	14	(31.602)	(24.984)
Execuções por perdas processuais		(33.226)	(80.959)
Perda tributos		(38.599)	(22.701)
Custo das receitas alternativas		(15.892)	(9.652)
Demais despesas tributárias		(17.101)	(16.421)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(32.815)	(34.685)
Provisão para perdas de ativos não circulantes	15	(72.640)	(7.958)
Convênio com municípios		(5.539)	(4.082)
Indenização ao poder concedente		(2.244)	(796)
Doações		(1.536)	(3.200)
Baixa de projetos de investimento		(9.943)	(16.394)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)		(11.646)	(8.733)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente		(4.299)	(6.038)
Ajuste/baixa de estoque		(2.696)	(5.207)
Outras despesas		(13.110)	(11.628)
		(292.888)	(253.438)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		207.438	136.382

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Valor principal decorrente do reconhecimento da receita do crédito tributário PIS e COFINS (vide nota 10, letra a).

34. Receitas e despesas financeiras

		2021	2020
<u>Receitas financeiras</u>			
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		-	293.174
Juros crédito tributário PIS/COFINS	(a)	155.504	-
Variação cambial e monetária		126.056	129.404
Ajuste a valor presente de contas a receber e subarrendamento		37.527	31.406
Rendimentos s/ aplicações financeiras		67.820	30.148
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>		229	7.404
Juros		862	2.292
Outras receitas financeiras		1.422	5.096
		<u>389.420</u>	<u>498.924</u>
<u>Despesas financeiras</u>			
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		(59.054)	-
Variação cambial e monetária		(295.453)	(469.337)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(159.820)	(152.017)
Juros		(218.171)	(172.771)
Outras despesas financeiras		(20.170)	(21.213)
		<u>(752.668)</u>	<u>(815.338)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(363.248)</u>	<u>(316.414)</u>

(a) Juros decorrentes do reconhecimento da receita dos créditos tributários de PIS e COFINS conforme detalhamento na nota explicativa 12, letra a.

35. Tributos sobre o lucro

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.045.901	646.566
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	355.606	219.832
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(9.289)	(3.548)
Incentivos fiscais	(18.448)	(15.163)
Ajuste de estoque	(253)	351
Despesa com projeto empresa cidadã	398	403
Despesas com doações	254	578
Baixas de projetos de investimento	3.381	5.574
Outros	5.379	4.709
IRPJ/CSLL no resultado do período	346.317	216.284
Corrente	357.400	340.349
Diferido	(11.083)	(124.065)
IRPJ/CSLL no resultado do período	346.317	216.284
Alíquota fiscal efetiva total	33,11%	33,45%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	34,17%	52,64%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-1,06%	-19,19%

36. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

36.1 Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	2021	2020
Valor contábil líquido	993	-
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	1.595	-
Valores recebidos na alienação de imobilizado	2.588	-

36.2 Efeito nas atividades de investimento

	2021	2020
Pagamento de investimentos de anos anteriores	(173.166)	(1.332)
Aquisição no período de imobilizado a prazo	292.629	170.947
Efeito nas atividades de investimento	119.463	169.615



36.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	2021					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2020	1.211.730	1.776.278	1.992.988	4.980.996	(133.111)	4.847.885
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	30.224	984.589	(495.674)	519.139	24.767	543.906
Novas captações	561.930	1.500.000	-	2.061.930	-	2.061.930
Pagamentos do principal	(470.667)	(397.742)	(335.854)	(1.204.263)	24.767	(1.179.496)
Pagamento de juros	(60.234)	(86.038)	(159.820)	(306.092)	-	(306.092)
Custo da transação	(805)	(31.631)	-	(32.436)	-	(32.436)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	64.320	254.257	604.377	922.954	47.588	970.542
Reconhecimento inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	444.557	444.557	-	444.557
Amortizações	420	6.542	-	6.962	-	6.962
Variação cambial	63.900	247.715	159.820	471.435	47.588	519.023
Empréstimos e financiamentos 31/12/2021	1.306.274	3.015.124	2.101.691	6.423.089	(60.756)	6.362.333

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2021, foi efetuado o pagamento de R\$173.166 referente a investimentos de anos anteriores.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2020					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2019	1.285.032	1.780.490	1.906.792	4.972.314	(84.067)	4.888.247
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(384.322)	(142.736)	(399.140)	(926.198)	235.400	(690.798)
Novas captações	511.692	-	-	511.692	-	511.692
Pagamentos do principal	(843.016)	(60.680)	(247.123)	(1.150.819)	235.400	(915.419)
Pagamento de juros	(52.992)	(82.056)	(152.017)	(287.065)	-	(287.065)
Custo da transação	(6)	-	-	(6)	-	(6)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	311.020	138.524	485.336	934.880	(284.444)	650.436
Aquisição e Remensuração de arrendamentos	-	-	333.319	333.319	-	333.319
Amortizações	533	8.417	-	8.950	-	8.950
Variação monetária e cambial	310.487	130.107	152.017	592.611	(284.444)	308.167
Empréstimos e financiamentos 31/12/2020	1.211.730	1.776.278	1.992.988	4.980.996	(133.111)	4.847.885



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	30 de setembro de 2022	250.000	5.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2023	40.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2022	60.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

38. Eventos subsequentes

Aumento do Capital Social

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de março de 2022, foi aprovada a proposta de aumento do capital social no montante de R\$1.809.492, mediante a capitalização de saldo da reserva de investimentos constituída em exercícios anteriores para fins de execução de orçamento de capital.

Aumento do Capital Autorizado

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de março de 2022, o Conselho aprovou a proposta de aumento do limite de valor do capital autorizado até o qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O novo valor autorizado será de R\$5.000.000.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Luis Fernando Barbosa Martinez (Presidente)
Viktor NigriMoszkowicz
Alejandro Daniel Laiño
Carlos Hector Rezzonico
Enéas Garcia Diniz
Marcelo Leite Barros
Sonia Zagury
Marcelo Cunha Ribeiro
Wendel Gomes da Silva
William Ignácio Dias

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças e Desenvolvimento, Relações com Investidores e Recursos Humanos

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Projetos e Obras

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis
Raphael Steiman